

A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNIVOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



DANIEL VAZ

Convenção Nacional do PCdoB

Representantes de diversos estados aprovam coligação popular e apoio a Lula

PÁGINA 9

FRENTE POPULAR FORTALECE CANDIDATURA DE LULA



ZECA GUIMARÃES/FOLHA IMAGEM

Lançamento da frente popular no dia 13 de maio no Automóvel Clube do Rio de Janeiro



DANIEL VAZ

5º

ConCUT

Leia entrevista com Wagner Gomes, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

PÁGINA 5

CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Abertura do 5º Congresso Nacional da CUT no dia 19 de maio em São Paulo

Cartas

Resumo

4/4. quarta

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro decidiu por unanimidade cassar o registro médico do general Ricardo Agnese Fayad, segundo subdiretor da Diretoria de Saúde do Exército. Fayad foi considerado culpado de ter participado de torturas a presos políticos no Rio entre 1969 e 1974. Luiz Roberto Tenório, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, foi colega de turma de Fayad e disse que, quando preso em 1972, Fayad participou das sessões de tortura a que foi submetido.

8/5. domingo

Realizadas eleições presidenciais no Panamá vencidas por Ernesto Perez Balladares, do Partido Revolucionário Democrático (PRD), que derrotou Mireya Moscoso, candidata do atual presidente, Guillermo Endara, colocado no poder pelos norte-americanos. Em 1989 eles haviam invadido o país, de onde levaram preso o presidente Noriega. O Panamá localiza-se ao sul da América Central, vizinho da Costa Rica e da Colômbia e tem 2,5 milhões de habitantes. Sua importância geopolítica estratégica é dada pelo Canal do Panamá, que liga os oceanos Pacífico e Atlântico. Os norte-americanos mantêm 10.000 soldados

no país e pretendem controlar o canal até o ano 2000. Balladares assumirá o governo em 1 de setembro, sua vitória está sendo considerada uma derrota para os norte-americanos.

9/5. segunda

Divulgado pelo Dieese o índice de inflação de abril: 48,26%, o maior desde março de 90 e 2,76% mais que o índice de março último.

10/5. terça

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará, Roberto Neto da Silva, denunciou o fazendeiro Jerônimo Amorim de ter promovido uma operação de guerra para retirar posseiros da Fazenda Santa Helena, em Xinguara, já desapropriada para fins de reforma agrária. O cerco aos posseiros foi feito por policiais e pistoleiros e resultou na morte de pelo menos um camponês. Casas foram incendiadas, animais e mantimentos dos lavradores foram roubados. Roberto Neto denunciou ainda que mais de 200 trabalhadores rurais se encontram em regime de escravidão na Fazenda Nazaré, pertencente a Amorim. Em junho próximo ele deverá ser julgado como mandante do assassinato de Expedito Ribeiro, que na época do crime era presidente do STR de Rio Maria.

Relatório aponta escândalos nas privatizações

Concluído na terça-feira, 10 de maio, o relatório final da CPI da Privatização pelo senador Amir Lando, no qual são denunciadas as irregularidades no processo de venda das empresas estatais. Segundo o documento, os cofres públicos tiveram prejuízos da ordem de US\$ 20 bilhões na privatização de 24 empresas. A venda das empresas do setor siderúrgico, que receberam investimentos públicos de US\$ 13 bilhões nos últimos dez anos, rendeu apenas US\$ 4 bilhões aos cofres da União, sendo que a maior parte dos quais em "moedas podres", obtidas com financiamento do BNDES. A transferência das estatais da área petroquímica provocou uma oligopolização do setor. "Os preços mínimos e os valores de venda das participações do governo nas estatais foram negociados com grupos escolhidos com a única finalidade de deter o controle acionário", afirmou o senador. Por tudo isso o relatório sugere que as investigações sejam retomadas no futuro.

11/5. quarta

Suspensão o leilão de privatização da Embraer, previsto para 20 de maio. O governo não conseguiu ainda "sanear" totalmente a empresa para entregá-la sem dívidas à iniciativa privada. O Tesouro Nacional assumirá a dívida de US\$ 132 milhões da empresa com a firma canadense EDC, no entanto há outras pendências. O processo conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está cheio de irregularidades. O Congresso Nacional não aprovou o edital de privatização como prevê a lei, bem como não foi cumprido o prazo do anúncio definitivo do preço mínimo de venda da Embraer. O governo pretendia passar por cima dessas exigências mas, diante das resistências, foi obrigado a recuar.

12/5. quinta

Dados publicados pela revista norte-americana BusinessWeek referentes ao mês de abril dão conta de que nos EUA, embora esteja havendo uma recuperação econômica, as empresas estão dispensando trabalhadores em número recorde: mais de 3.000 por dia. As demissões nas grandes empresas foram 77% maiores que no ano passado.

13/5. sexta

Noticiada a suspensão do pagamento da dívida externa pela Argélia, "enquanto negocia um reescalonamento com seus credores e estabelece uma austera reforma econômica", segundo o primeiro-ministro Mokdad Sifi.

14/5. sábado

O governo norte-americano negou informações de que estaria preparando uma intervenção militar no Haiti. O "desmentido" soa completamente falso. Durante três semanas 44 mil soldados americanos realizaram exercícios no Caribe: oficialmente "exercícios de rotina", na realidade um ensaio para a agressão. Tanto que o jornal *Los Angeles Times* denunciou a 11 de maio um plano de invasão do Haiti por 600 soldados do setor de Operações Especiais e fuzileiros navais. O general haitiano Raul Cedras afirmou que, no caso de uma invasão americana, haverá resistência do povo. Por mais críticas e restrições que se possa ter ao processo haitiano, ele deve ser resolvido exclusivamente pelo povo do próprio país, sem ingerência externa, principalmente militar.

Resposta ao prof. Maestri

Foi com prazer que recebi sua crítica aos seminários realizados pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre (*Classe 124*, pág 12). Para o aprimoramento de nosso trabalho todas as críticas são valiosas, às vezes mais úteis que os elogios. Podemos começar o debate pela pergunta que encerra seu texto: "Afinal de contas, pra que lado chuta a Secretaria Municipal de Cultura?"

Coerente com o programa que levou a Frente Popular e o PT ao governo de Porto Alegre, a política cultural da Administração Popular é, em primeiro lugar, pluralista. O Estado não deve ter ideologia. Queremos a laicidade do Estado. Nesse sentido, devemos fazer Porto Alegre contemporânea de seu presente, participando dos grandes debates do mundo atual, quer nos agradem ou não seus argumentos. Por isso é importante ouvir, por exemplo, o sr. Fukuyama, o mais legítimo porta-voz, ao nível ideológico, do neoliberalismo extremado. É claro que se ouvíssemos apenas gente como o sr. Fukuyama estaríamos "chutando" apenas pela ponta direita e estaríamos no mais completo antagonismo com as posições claras e firmes do PT.

Mas no mesmo seminário em que estive o sr. Fukuyama também estiveram o historiador Pierre Broué e o escritor José Saramago, cujas opções políticas e filosóficas são conhecidas de todos.

No seminário anterior, juntamente com Cornelius Castoriadis e Sérgio Rouanet, estavam os professores Marilena Chauí e Marco Aurélio Garcia. Ainda este ano realizamos o seminário *Que Fazer?* reunindo expressivas personalidades da esquerda internacional, entre elas o economista Charles André Audry e Francisco Louçã, infelizmente não nomeados pelo companheiro, aos quais certamente não se poderá qualificar como integrantes da "nova direita". Finalmente, para encerrar o atual seminário *Como um Castelo de Cartas*, teremos o professor Carlos Nelson Coutinho, estudioso de Gramsci, debatendo com o deputado Flávio Koutzi. Direita?

Creio, companheiro Maestri, que é um simplismo grosseiro, em total desacordo com sua argúcia de historiador, assimilar Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e Edgar Morin à direita. Na minha opinião, inclusive, Castoriadis e Morin estão à esquerda dos agrupamentos socialistas clássicos (de todas as tendências). Lefort, por seu turno, é um crítico do capitalismo e toda sua "demarche" é no sentido de dissociar a democracia do capital.

Luiz Pilla Vares

Secretário Municipal de Cultura
Porto Alegre - RS

Eleição e jornal

Neste ano o partido deu prioridade às eleições. Uma decisão correta que servirá também para ampliar o jornal, em especial nos locais de trabalho, moradia e

estudo das classes populares. Trabalhar nas eleições utilizando como instrumento o jornal é enriquecer o trabalho de convencimento das massas com argumentos científicos e com um veículo de comunicação que propicie uma consciência revolucionária. Em suma, as eleições não são obstáculo para um grande esforço partidário quanto à ampliação do jornal *A Classe Operária*. É preciso que o jornal chegue aos leitores que realmente transformem em ação a teoria revolucionária.

Por isso todos os comunistas devem ter iniciativas, criatividade e planejamento coletivo para aumentar o jornal no seio do proletariado, dos camponeses e soldados do país.

Rítalo Santiago Santos
Nova Iguaçu - RJ

Afinado no Ceará

Ao final da 9ª Conferência Regional do PCdoB no Ceará tivemos certeza de que o partido encontra-se realmente mais afinado, atento e preocupado com o novo papel a ser doravante desempenhado, principalmente ante a atual conjuntura político-econômica por que passa o país, sobretudo no Estado do Ceará. A discussão foi pautada pela perspectiva inabalável do socialismo científico como única forma de superação do atual quadro social dantesco de disparidades e miséria absoluta. E foi uma prova cabal de que o coletivo saiu resolutamente convencido de que demos um largo passo rumo ao amadurecimento político-ideológico, fundamental na ascensão dos nossos quadros militantes, notadamente no interior, onde o embasamento ideológico é uma questão chave para o crescimento do PCdoB.

José Cícero da Silva
Aurora - CE

O rosto

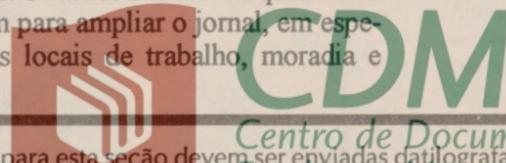
Da janela do scriptorium
do meu coração
sob o manto da verdade
de onde o poeta vê
o que o tolo não vê
vejo um arco-íris quebrado
de um tempo perdido na imbecilidade

Daqui da abertura desta página
viajo além da tormenta
porque a poesia é uma cosmonave
circulando no tempo

Eu, esquecido e venenoso
como um livro perigoso
esquecido num templo
digo ao vento
a razão vencerá!
e nesse dia que contemplo
Lênin sorri para mim
no rosto de um poeta

Antonio Fernando
Jacarepaguá - RJ

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo 15 linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - CEP 01318-020 - São Paulo - SP. Ou pelo fax (011) 36-0412.



Novo rumo para a CUT

Nivaldo Santana

Coordenador nacional da CSC

Neste final de semana a Central Única dos Trabalhadores realiza o seu 5º Congresso Nacional com a participação de aproximadamente dois mil delegados de todo o país. Pela sua força e representatividade, o congresso da CUT joga importante papel no cenário político do país, particularmente pelas circunstâncias de estarmos vivendo uma conjuntura complexa, prenhe de definições.

Neste último período, estamos assistindo ao recrudescimento do movimento grevista no país, com ondas de greve em todo o território nacional enfrentando os efeitos nocivos do chamado Plano FHC contra os assalariados. Além disso, a temperatura do país aponta para a radicalização e polarização política, expressas principalmente na disputa presidencial onde dois grandes blocos se defrontam

Para estar à altura dos enormes desafios do momento, a CUT precisa se capacitar e investir na luta e mobilização em

defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia e do país. Só a ampla unidade das forças sociais mais avançadas, que se contrapõem ao neoliberalismo, poderá descortinar um novo horizonte para o Brasil. A CUT pode e deve cumprir papel de destaque nessa luta.

Para tanto, é fundamental que ela própria

DEMOCRACIA INTERNA FACILITA AS LUTAS DA CENTRAL

adote métodos e posturas que garantam a mais ampla democracia interna, sem hegemonismos e exclusões. A democracia interna facilita o desenvolvimento das lutas da central. Neste sentido, é fundamental o concurso de todas as suas correntes para aprovarem um plano de lutas que coloque no centro do ataque o projeto neoliberal e seus defensores, aprofunde sua organização horizontal e vertical, aprimore suas ligações de massas, remédio mais eficaz para combater o burocratismo, o espírito de rotina e oxigenar todas as instâncias da central.

Ao lado disso, a CUT também não pode se eximir de uma política internacional baseada na solidariedade com os trabalhadores e os povos que lutam pela autodeterminação e soberania face à chamada nova ordem mundial imperialista. Nesse particular, cabe destacar a heróica luta do povo cubano contra o criminoso bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, as importantes vitórias do povo negro sul-africano e dos palestinos no Oriente Médio.

Cabe destacar também a importância estratégica de a CUT reafirmar sem tibieza que a grave crise estrutural que o país vive é parte da crise mundial do capitalismo e que sua solução verdadeira passa pela transformação radical desse sistema rumo ao socialismo.

Em onze anos de existência são essas as questões essenciais pautadas para os cutistas do Brasil inteiro. Já se anunciam grandes mudanças na direção da central, com renovação da maioria de sua Executiva, inclusive na presidência.

Mas, mais do que a simples mudança de nomes, que tem uma importância relativa, os abandeirados do sindicalismo classista propugnam, isto sim, por mudança de rumo, para derrotar o neoliberalismo, por uma CUT democrática, unitária e combativa, um rumo de classe com orientação socialista.

Editorial

O Brasil precisa mudar de rumo e de governantes

A Convenção Nacional do PCdoB, realizada dia 15 de maio em São Paulo, aprovou por unanimidade as candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República e de José Paulo Bisol à vice-presidência nas eleições de 3 de outubro. Decidiu integrar a coligação dos vários partidos populares, como o PT, PSB, PPS, PSTU, PCB e outros.

Essa decisão se baseia na compreensão de que a próxima disputa eleitoral abre uma oportunidade ao povo para derrotar as elites dirigentes e seus candidatos comprometidos com o atual estado de agravamento das condições de vida do povo e de aviltamento dos interesses da nação brasileira. A candidatura popular de Lula apresenta-se como uma alternativa capaz de capitalizar o sentimento de insatisfação da maioria e polarizar uma disputa acirrada com aqueles que pretendem afundar o país nas garras neoliberais.

Justamente por estar em jogo dois projetos definidores dos rumos do Brasil, o PCdoB vem sinalizando que esta será uma batalha em que as elites dominantes farão de tudo para impor seu candidato e acabar com a possibilidade de Lula ser eleito presidente. Alertou que o caminho da vitória da alternativa popular passa necessariamente pela ampla unidade das forças populares e progressis-

tas.

Empenhou-se consequentemente para a formação da frente nacionalista, democrática e popular lançada no Rio de Janeiro dia 13 de maio, que agrupou partidos, personalidades civis e militares de destaque no movimento democrático, patriótico e progressista. Tem reafirmado que o Brasil precisa mudar de rumo e de governantes a fim de reverter o quadro desolador em que se acha o país. Ressaltou a importância de se apoiar desde a campanha num programa de governo orientado para a solução dos graves problemas que sacodem a nação. Que tenha como bússola o desenvolvimento independente do país, o aprofundamento da democracia, a defesa da soberania e o enfrentamento dos problemas sociais.

É nesse contexto que o PCdoB lutará, aliado ao PT e aos demais partidos populares, para alcançar a vitória nas urnas e consolidar o primeiro governo de origem popular que irá dirigir o Brasil. Foi com essa compreensão que a Convenção Nacional fez um chamamento a todos os militantes, filiados e amigos do PCdoB para empenhar-se na campanha eleitoral a fim de levar Lula à Presidência da República e criar as condições para as mudanças de fundo que o Brasil necessita.



Medida Provisória da URV fere interesses do povo

Aldo Rebelo

Vice-líder do PCdoB na Câmara

A Medida Provisória 482 que cria a URV, aprovada na Câmara no dia 9 de maio, fere os interesses do povo brasileiro. Trata os salários e os preços de forma diferenciada e desigual. Enquanto impõe aos salários uma forma rígida de conversão para a URV, através da média dos últimos quatro meses, expurgando a inflação do mês de janeiro e ocasionando perda salarial, dá aos preços total liberdade. As empresas podem converter seus preços na ocasião que acharem conveniente e pelo valor que melhor lhes convier. Não satisfeitos, muitos dos verdadeiros monopólios que controlam nossa economia, vêm ainda aumentando seus preços em URV depois da conversão.

Isto tem determinado não só um brutal aumento da inflação em cruzeiros reais, como o aparecimento de uma inflação na própria URV. Os trabalhadores vêm sentindo na própria pele essa "nova" inflação criada pela URV. Mesmo com as suas remunerações corrigidas diariamente pela URV, todos já percebem que mesmo assim os salários não conseguem acompanhar os preços.

Outro problema decorrente do chamado Plano FHC2 é o seu caráter recessionalista, que virá agravar ainda mais o problema do desemprego no país. Tendo isto em vista, apresentamos, individualmente ou em conjunto com outros parlamentares, diversas emendas para modificar e melhorar a MP, especialmente no que toca ao poder de compra dos salários e a defesa da economia popular. Algumas tinham caráter geral, outras resolviam problemas específicos.

Dentre elas destacamos:

- A que modificava o cálculo da conversão dos salários, eliminando a perda salarial criada pela Medida.
- A que fixava o salário mínimo em 98 URVs; a que garantia o aumento do salário mínimo para 100 dólares até o fim do presente ano
- A que determinava que os preços só poderiam ser convertidos em URV pela média do ano de 1993, fixando inclusive as penalidades a ser impostas às empresas que desobedecessem esse critério.
- A que mantinha as atuais cláusulas de reajustamento automático de salários nos atuais contratos e convenções coletivos.
- A que fixava critérios para conversão das mensalidades escolares pela média dos últimos quatro meses do ano passado.
- A que aumentava a multa da empresa pela demissão sem justa causa dos atuais 50% para 100%.
- A que obrigava que as contribuições sindicais recolhidas pelas empresas em URV fossem também repassadas aos sindicatos também em URV.

Infelizmente o governo mostrou-se inflexível na defesa de sua Medida, não aceitando argumentos em defesa dos salários e da economia popular. Não nos restou outra posição, senão a de votar contra a Medida.

POVO SENTE NA PELE A "NOVA" INFLAÇÃO EM URV

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CRÔNICA DE
Brasília

Revisão enterrada, sem choro nem vela

Luiz Aparecido

Na última terça-feira de manhã, gaguejando como sempre, o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira, deixou seu ar inocente de lado e decretou o fim da revisão constitucional. Embalado pela perseguição sistemática que o relator geral, deputado Nelson Jobim, ainda faz atrás de lideranças para manter vivo o seu ganha pão, como relator da revisão, Inocêncio de Oliveira acenou com a possibilidade, muito remota, de na semana que vem, ser votada não uma agenda mínima como queriam muitos, mas o adiamento do fim da revisão, de 31 de maio próximo, para o futuro 30 de junho.

Isso é que é gostar de carregar cadáver insepulto indefinidamente. Todos já viram que a revisão não tem futuro. O governo já abandonou, os empresários mais renitentes da Ação Empresarial de Jorge Gerdau, saíram do cenário disparando tiros para todos os lados e o PFL e PSDB agora só pensam em fazer o tucano voar. Sobram alguns deputados do PPR malufista e do PP desgarrado de Álvaro Dias para tentar tocar a revisão.

Já fizeram mais de 30 agendas mínimas para votação e mais de 100 reuniões de lideranças para tentar fazer a coisa andar. E nada. No início era imprescindível para a maioria dos revisionistas, alterar o capítulo da ordem econômica e depois a social, onde tentariam, como no plano original da Ação Empresarial, acabar com os monopólios estatais, transferindo-os para as mãos de conglomerados privados nacionais e internacionais. No capítulo social, as principais conquistas dos trabalhadores e previdenciários era um alvo certo para os revisionistas. Mas à medida que os gazeteiros esvaziavam o Congresso e os "contras" mantinham setores organizados da sociedade contra a revisão, os acordos foram caindo.

Agenda minimalista

De reunião em reunião, a agenda mínima dos revisionistas foi definindo. De 30 pontos consensuais passou para 17, depois para 11 e agora se

resume a um ponto: o adiamento do fim.

Apenas isso, porque certamente não serão votados sequer os pontos de interesse da chamada governabilidade, como reformas fiscal e tributária. Quanto mais a reforma previdenciária.

Isso tudo como resultado da gulodice dos megapresários e do relator da revisor Jobim, que de todo-poderoso homem das reformas do Estado e da Constituição, está encerrando seus dias como defensor de anão do Orçamento. Desde o início do processo revisor, a esquerda, capitaneada pelo PCdoB, PT, PSB e PDT, insistiam na qualificação de golpe a revisão feita como a Ação Empresarial exigia, numa tentativa descarada de desmontar o Estado e o patrimônio público.

Depois, mesmo continuando contrários à revisão, a esquerda avisava insistentemente, que da forma como estavam conduzindo os trabalhos, a ação dos gazeteiros seria até mais eficiente que a dos "contras". E não deu outra. Fechado em seu gabinete, ouvindo apenas os cardeais nomeados vice-relatores e os homens da Ação Empresarial e com um regime totalitário nas mãos, Nelson Jobim acabou por enterrar de vez a tão sonhada revisão dos empresários.

Fernando furou

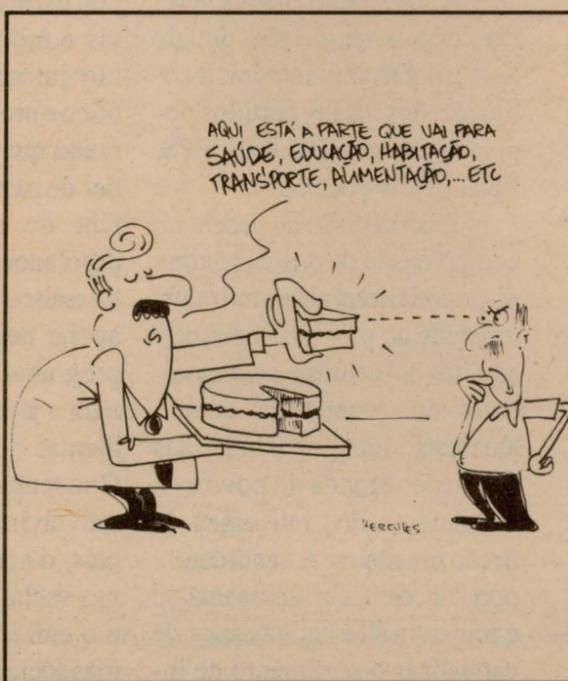
Ao lançar sua candidatura a presidente da República ancorado num plano que cassa salários e aumenta renda de quem tem, Fernando Henrique Cardoso prometeu aos empresários que paralelamente à costura de sua coligação com os coronéis do PFL, iria para o plenário do Congresso Revisor defender seus pontos de vista. Mas ele foi o gazeteiro mor e agora os empresários ameaçam deixá-lo na mão, por não representar seus interesses como foi prometido.

O candidato das elites compareceu a apenas uma das sessões do Congresso Revisor e ainda assim saiu antes de seu término. Agora os líderes da CNT, Fiesp e Ação Empresarial o desencam na imprensa. Junto com o enterro da revisão, Fernandão pode estar assistindo também o enterro de sua candidatura. Se Sarney conseguir legenda para se candidatar, FHC ficará falando sozinho. É o preço que ele vai pagar por ser gazeteiro e não cumprir as promessas que faz. Nem seus patrões ele obedece.

Orçamento perverso

▼ Finalmente o governo encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de Orçamento para 1994. Os banqueiros e os credores internacionais estão satisfeitos. O povo fica na rua da amargura

Dilemmando Toni



Através do Orçamento da União materializa-se parte importante do projeto econômico neoliberal adotado integralmente no Plano FHC, cuja essência é: garantir o pagamento das dívidas aos banqueiros brasileiros e internacionais, com recursos provenientes dos cortes nas áreas sociais, do arrocho salarial do funcionalismo e do aumento dos impostos.

Pela Constituição o Orçamento de 94 deveria ter sido encaminhado ao Congresso ainda em 93, em agosto mais precisamente, mas Executivo só o fez no dia 3 de maio, praticamente no meio do ano. Isso serve para mostrar a pouca transparência e o desprezo pelo debate sobre um tema de vital importância para o país. O argumento de que é uma matéria exclusivamente técnica e os nomes muitas vezes disfarçados das rubricas são os expedientes utilizados para não permitir a participação dos parlamentares e da sociedade na discussão.

O Orçamento é de US\$ 98,7 bilhões e não prevê déficit primário. Quando se inclui a rolagem das dívidas o Orçamento alcança a astronômica cifra de US\$ 300 bilhões e, neste caso, as dívidas ocupam 64,5% do total.

Ibsen Pinheiro cassado

Na noite da quarta-feira, 18, a Câmara dos Deputados cassou o mandato do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS). Ele era um dos grandes entre os acusados na CPI do Orçamento. Ibsen não conseguiu explicar sua vultuosa movimentação bancária e o patrimônio que acumulou nos últimos anos. Foi o presidente da Casa quando se consolidou o poder dos anões na Comissão do Orçamento. Alertado não tomou nenhuma providência contra a Máfia do Orçamento.

O PCdoB votou pela cassação de Ibsen Pinheiro. O deputado comunista Sérgio Miranda faz questão de ressaltar

Calamidade na saúde. Um dos setores mais atingidos pelos cortes de 94 é exatamente a saúde. Previa-se inicialmente US\$ 14 bilhões para serem empregados nessa área mas foi feita uma redução de US\$ 5 bilhões, chegando-se então aos US\$ 9 bilhões propostos, exatos 2% do PIB, uma das menores proporções do mundo. Em 1987 gastava-se com saúde US\$ 80,3 por habitante, em 1993 caiu para US\$ 49.

As conseqüências concretas dos cortes para a saúde do povo brasileiro podem ser vistas nestes números apresentados pelo Conselho Nacional de Saúde e por secretários estaduais e municipais de Saúde de todo o Brasil no documento "Saúde em Estado de Alerta - Cidadania Ameaçada": "225 milhões de ações ambulatoriais deixarão de ser realizadas, 16 milhões de pessoas ficarão sem medicamentos, 2 milhões de litros de leite não serão distribuídos, 110 mil domicílios permanecerão sem melhorias sanitárias e serão realizadas 7 milhões de internações a menos do total de 15 milhões registradas em 93".(1)

O absurdo é que isso ocorre simultaneamente ao anúncio do secretário da Receita Federal, Osiris Lopes, de que a arrecadação dos impostos inicialmente prevista para US\$ 56 bilhões dever atingir US\$ 65 bilhões, no presente exercício. Só no mês passado foram arrecadados US\$ 5,3 bilhões. O "melhor abril dos últimos dez anos", conforme o secretário.

Para onde vai o dinheiro. Fica evidente que o problema não é a falta de recursos. Eles existem e têm aumentado. A proposta de despesas inicial do governo foi acrescida de US\$ 10 bilhões, exatamente em função do aumento das arrecadações. Mas as dívidas também aumentaram muito.

No mês de abril, mesmo tendo arrecadado US\$ 5,3 bilhões o Tesouro Nacional teve um déficit de US\$ 1,4 bilhão. Só no pagamento dos juros das dívidas interna e externa foram dispendidos US\$ 2,7 bilhões. Se a este número for somado o que o governo desembolsou recentemente para cobrir as garantias exigidas pelos banqueiros internacionais para o acordo de parte da dívida externa (US\$ 2,8 bilhões, retirados das reservas internacionais do país) concluiremos que o país pagou a astronômica cifra de US\$ 5,5 bilhões de dívidas entre março e abril.

Segundo o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), 40% da receita fiscal estão comprometidos com juros e encargos da dívida interna, ou seja, dos US\$ 45 bilhões previstos inicialmente, mais de US\$ 17 bilhões vão para os banqueiros. Resta lembrar que o governo contraiu essa dívida pagando juros reais de até 35% ao ano. A conseqüência dessa política é o aumento da dependência, o acúmulo de capitais fabulosos pelos banqueiros e a exclusão social de milhões de brasileiros trabalhadores.

(1) Dados extraídos do Jornal do RADIS, Fundação Oswaldo Cruz, abril de 94.

que também Ricardo Fiúza, que praticou tantas e comprovadas falcaturas, deveria também ter sido cassado.

Os resultados dos julgamentos vão mostrando que o PFL tem conseguido "livrar a cara" de figuras destacadas do partido que foram acusadas. Muitos inclusive não foram sequer investigados.

A maioria conservadora da Câmara dos Deputados toma portanto atitudes contraditórias e se mostra descomportada. Esse comportamento que indigna o povo vai ser julgado dia 3 de outubro. É esperar para ver. (D.T.)

WAGNER GOMES

▼ Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo há 5 anos, integrante da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista e membro da Executiva da CUT, Wagner Gomes analisa para *A Classe* as polêmicas esperadas para o 5º Concut. Fala também da situação política e das recentes greves que pipocam no país

Por Marcos Ruy

Classe - A Articulação pretende um Congresso sem debate. A CSC tem objetivo oposto. Quais as principais polêmicas que alimentarão o 5º Concut?

Wagner Gomes - Uma das principais polêmicas refere-se à avaliação que se faz da atuação da CUT nos últimos três anos. A CSC compreende que a central deveria assumir um papel mais de frente na luta dos trabalhadores, ao contrário do tom conciliador assumido por importantes dirigentes sindicais da Articulação. Neste ano, a CUT tem assumido uma postura de luta, de mobilização dos trabalhadores contra as perdas salariais causadas por mais um plano de "estabilização econômica".

Classe - No mês de maio eclodiram greves em todo o país, como a CSC avalia estas greves?

Wagner - Avaliamos com muito entusiasmo, porque acreditamos que os trabalhadores compreenderam os efeitos negativos do Plano FHC2. As greves acontecem contra essa nova tentativa de implantação do projeto neoliberal que visa basicamente integrar de vez o país na nova ordem mundial do capitalismo. O Plano FHC2 atenta contra a indústria nacional e cria mais desemprego. O mais importante das atuais greves é a compreensão pelos trabalhadores dessa política contra os interesses populares e nacionais.

Classe - A grande imprensa deu tratamento eleitoral às greves, afirmando que elas visam apenas ajudar Lula. Você identifica objetivos eleitorais nas greves?

Wagner - De forma alguma. No Brasil há greve todos os dias e a cada novo plano econômico os trabalhadores têm grandes perdas. Por isso a existência de muitas greves. As greves acontecem independentemente das eleições e se continuam com esse projeto político neoliberal os trabalhadores continuarão usando a única arma que têm para a reposição de eventuais perdas salariais.

Classe - Isso significa que a imprensa é que está fazendo papel eleitoral?

Wagner - A mídia defende os seus interesses de classe. Isso não é novidade. Não se pode esperar que os Mesquita, os Frias ou o Roberto Marinho utilizem suas empresas de comunicação para dizer que os movimentos grevistas são contra o plano econômico elaborado pelo

seu candidato à Presidência da República.

Classe - A revisão constitucional pretendia tirar várias conquistas dos trabalhadores. Há propostas nesse Concut que podem reavivar essas pretensões?

Wagner - Felizmente a revisão não vingou, sendo derrotada pelo movimento popular. Dentro dessa revisão haviam vários assuntos que tocavam de perto os trabalhadores. Um deles é o problema da autonomia, liberdade e unicidade sindical. Esse será um dos pontos mais polêmicos do 5º Concut. A CSC defende a autonomia e liberdade sindical. Acreditamos também que a lei que regulamenta a vida dos sindicatos não corresponde mais à realidade, mas não somos ingênuos para cair nessa armadilha que pulveriza o movimento sindical. Em nome da liberdade e da autonomia, pretende-se um pluralismo sindical que não interessa aos trabalhadores neste momento. Eu comparo essa questão de unicidade sindical à da revisão constitucional. Ninguém em sã consciência acredita que essa Constituição é perfeita. Então por que nós lutamos contra a revisão? Porque sabíamos que a correlação de forças no Congresso não queria a revisão para melhorar a Constituição do ponto de vista dos trabalhadores. A CSC também luta contra esse projeto de pluralismo sindical, não porque o modelo que existe é perfeito, mas porque os trabalhadores saem perdendo com a divisão do movimento sindical, neste momento. Não aceitamos acabar com a unicidade para beneficiar a burguesia. Para nós esse mecanismo é uma questão de política e não de princípios.

Classe - A CSC apregoa a necessidade de mais democracia na CUT, por quê?

Wagner - Um grande embate no interior da CUT diz respeito a uma forma das correntes minoritárias terem condições de participar das decisões da entidade e hoje isso não ocorre. No 4º Concut, a oposição alcançou 48% dos votos, mas ficou apenas com cargos secundários. Nós acreditamos que uma central sindical democrática não pode funcionar como a CUT. Não desejamos inverter a maioria dentro da central, mas cremos que o bloco que fez oposição no último congresso já tem representatividade suficiente para dividir o poder, para que o poder não fique mais nas mãos de somente uma corrente. É isso que vem causando várias polêmicas dentro da CUT e nós pensamos que a democratização interna da entidade resolveria esse problema, tanto do ponto de vista da central como na vida dos sindicatos.



tos. Com isso haveria uma convivência mais harmoniosa com as diversas correntes.

Classe - Por isso é que a CSC defende a proporcionalidade direta e qualificada?

Wagner - Na proporcionalidade direta para eleger a diretoria, cada um entra com o número de votos que tem. Mas isso não acontece na CUT. Hoje para se ter representação na diretoria da CUT são necessários no mínimo 20% dos votos. A proporcionalidade direta determina que cada chapa terá representantes de acordo com as forças que tem. Na proporcionalidade qualificada a chapa que tiver mais votos indica o presidente, a que ficou em segundo lugar indica o segundo cargo mais importante e assim por diante. Hoje a chapa majoritária escolhe todos os cargos principais e as outras ficam com o que resta.

Classe - A Articulação quer formar uma chapa única no 5º Concut. Qual a posição da CSC sobre essa proposta? Há possibilidade de surgir uma chapa de oposição?

Wagner - Para a CSC é possível uma chapa unitária, agora a responsabilidade dessa chapa ocorrer está nas mãos da Articulação. A CSC tem alguns pontos que julga importante serem debatidos antes de qualquer formação de chapa. Um deles já foi citado, é a questão da proporcionalidade direta e qualificada na direção da central. Outro ponto importante é a manutenção e o fortalecimento das CUTs regionais, porque acreditamos que a descentralização do poder ajuda a organizar os trabalhadores. Também defendemos o colegiado nas secretarias. Evidentemente elas teriam o seu responsável, mas seria composto um colegiado que ajudaria a administrar. Finalmente, queremos a formação de uma comissão política que falaria em nome da central permanentemente. Assim tiraríamos de uma só pessoa a responsabilidade sobre todos os problemas da CUT. Se todas essas questões forem aprofundadas e resolvidas surge a possibilidade da chapa única.

Classe - Há condições de ser formada uma chapa de oposição?

Wagner - Existe. Porque para haver chapa única é necessário que haja pontos comuns. Se estes pontos comuns não forem alcançados, a idéia de uma chapa de oposição é colocada. A CSC não fará chapa única sem compromissos políticos assumidos de parte a parte.

Classe - Outras polêmicas dizem respeito à filiação da CUT à CIOLS e às posições da entidade sobre o socialismo. Como a CSC encara estas questões?

Wagner - A filiação da CUT à CIOLS não acrescentou nada à central. Pelo contrário, a CIOLS tem divulgado posições contrárias aos interesses dos trabalhadores. A CUT deve estabelecer relacionamento internacional com outras centrais sindicais que mantêm posição de independência ou atuam no campo da FSM, como a Central dos Trabalhadores de Cuba, a CGT-F (França), a CGT-P (Portugal), a Cosatu (África do Sul) e a COB (Bolívia). Isso pode acrescentar muito às lutas desenvolvidas pela central sindical brasileira.

Classe - E o socialismo?

Wagner - Eu creio que a questão do socialismo hoje está na ordem do dia. Os trabalhadores já começam a entender que não há saída no capitalismo e que o socialismo é o seu sistema. Por isso a CUT deve tirar resoluções claras em defesa do socialismo.

Classe - Mas os rumos assumidos pela CUT recentemente são contrários à defesa do socialismo. A central não tem assumido posturas conciliatórias?

Wagner - A CSC não é contra que haja negociação. O dirigente sindical que não aceita negociar está no lugar errado, pois o sindicalismo brasileiro exige negociação. Agora, até para negociar bem é preciso mobilizar os trabalhadores e deixá-los cientes de tudo o que ocorre para que se possa negociar em condições favoráveis. O que não aceitamos é a inversão desses valores e privilegiar-se a negociação de gabinete, sem a presença das massas.

Classe - Estamos num ano eleitoral com uma disputa polarizada entre duas propostas de desenvolvimento da sociedade, a CSC defende a candidatura popular, ela defenderá o apoio a Lula no congresso?

Wagner - Nós entendemos que nesta eleição, estão em disputa essas duas posições: uma neoliberal e outra popular e democrática. A CSC, sem dúvida, apoia a segunda, mas não defenderá no 5º Concut um apoio de qualquer ordem a Lula no primeiro turno das eleições. Nós entendemos que a eleição não deve ser obrigatória. Essa recomendação leva em conta o caráter pluralista da central.

EM NOME DA
AUTONOMIA
PRETENDE-SE
A PLURALIDADE
SINDICAL

A FILIAÇÃO
DA CUT À
CIOLS NADA
ACRESCENTOU
À CENTRAL

Nacional

BANCADA Comunista

Haroldo rebate

No dia 03 de maio, o Deputado Haroldo Lima fez contundente pronunciamento na sessão do Congresso revisor, rebatendo os grosseiros e desonestos ataques desferidos pelo Senador Fernando Henrique Cardoso ao PCdoB.

Para o líder do PCdoB, o senador e candidato FHC, com os desonestos ataques ao PCdoB, procura atenuar as relações contrárias à sua aliança com o PFL, com ACM e com gente do tipo de Roberto Marinho, que são cada vez maiores no seio de seu próprio partido. "E ao tentar amainar os efeitos negativos de sua aliança conservadora, FHC o faz exibindo lamentável desonestidade intelectual e mostrando a todos que o voraz apetite de poder que sempre ditou a conduta de seus atuais aliados terminou por contaminar o outrora progressista professor Fernando Henrique Cardoso", destacou Haroldo

Grito no Ceará

O deputado estadual Inácio Arruda (PCdoB-CE) é autor de três projetos incluídos na pauta de reivindicações do movimento "Grito da Terra Brasil". Dois já foram aprovados e enviados para o governo do Estado e propõem a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Pesca e do Fundo Estadual de Apoio à Pesca Artesanal. Outro ainda está em tramitação na Assembleia Legislativa e disciplina o Plano de Gerenciamento Costeiro, previsto na Constituição estadual.

Tortura no regime militar

A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB-PA) solicitou à presidência da Câmara dos Deputados que envie ao ministro do Exército pedido de informações sobre as declarações do general Adyr Fiúza de Castro ao jornal *Correio Braziliense* no dia 9 de maio. O general, ex-chefe do Centro de Informações do Exército, revelou que vários guerrilheiros mortos no Araguaia podem ser identificados porque foram fotografados e tiveram gravadas suas impressões digitais.

Ele justificou a prática de tortura, comum na época do regime militar. "Para tirar informações em nome da segurança nacional, admito tortura, sim." Ele disse também que aceita até choques elétricos na região genital, como muitos presos políticos sofreram. Fiúza de Castro afirmou que não se preocupa com o fato de seu nome aparecer na lista de torturadores organizada pelo grupo Tortura Nunca Mais. "Até me orgulho disso, lamentaria se eles tivessem esquecido de mim. Eu estava do lado da democracia, da lei, e eles estavam com o comunismo e a subversão", disse ele ao jornalista Hélio Contreiras.

Socorro lembra que a tortura é crime inafiançável e imprescritível e quer saber que medidas disciplinares e judiciais o Ministério do Exército vai tomar contra o general, agora na

O engenheiro de pesca Carlos Décimo, integrante do Instituto Terramar e co-autor da pauta do Grito no Ceará, disse que se os projetos forem aprovados representarão um passo importante para que seja elaborada uma política que beneficie os pescadores artesanais do Estado e "retire o Ceará da esdrúxula condição de importador de pescado, mesmo possuindo 573 quilômetros de litoral e 100 mil famílias de pescadores".

Cidadã Maria

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou projeto do vereador Vital Nolasco (PCdoB) concedendo o título de Cidadã Paulistana a Maria do Carmo Gerônimo, que, conforme o livro Guinness, é a mulher mais idosa do mundo, com 123 anos. A entrega do título vai ser dia 30 de maio, às 18h30, no plenário da Câmara.

Seminário cultural

Profissionais de marketing, gerentes de empresas, artistas e produtores culturais, totalizando 200 pessoas, participaram dia 12 de maio do seminário sobre o uso da "Ley Alfaya", já regulamentada pela Prefeitura de Salvador, que incentiva eventos culturais na cidade. O autor da lei, vereador Javier Alfaya (PCdoB), disse que a proposta é reverter no município a política de sucateamento da produção cultural promovida pelo governo Collor com o fim da Lei Sarney.

reserva, por propaganda e incentivo à prática de crime. E quer saber também que informações o Exército pode fornecer sobre a denúncia de que seus arquivos contêm fotografias e impressões digitais dos mortos. Ela pergunta como esse material pode ser posto à disposição das famílias dos "desaparecidos" para exame e reconhecimento.

Luiz Eduardo Greenhalg, advogado das famílias dos mortos na Guerrilha do Araguaia, vai utilizar a entrevista de Fiúza de Castro no processo que os familiares movem contra o governo. "Essa entrevista muda a história dos direitos humanos no país", disse. Greenhalg lembra que "Nós sempre afirmamos ao governo que eles tinham condições de dizer onde estão os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia e, até aqui, sempre disseram que não tinham como identificá-los". O advogado pretende requerer da União indenização pecuniária para as famílias.

Helena Pereira dos Santos, presidente do grupo Tortura Nunca Mais e mãe de Miguel Pereira dos Santos, morto no Araguaia, ficou emocionada com a possibilidade de encontrar notícias sobre o filho. "Tomara que isso leve a alguma coisa", disse. "Enquanto há vida, há esperança. Vou levar esta luta até o fim. Eu não desisto", completou esperançosa.

Elites em apuros na sucessão

▼ Lula cresce nas pesquisas. FHC não decola e é vaiado na convenção de seu próprio partido. Agora é ACM que o orienta tentando transformá-lo no anti-Lula

Dilermando Toni



Com a aproximação do limite dos prazos legais e a realização de diversas convenções nacionais partidárias o quadro de candidaturas e alianças para a disputa presidencial de 3 de outubro finalmente se define. Apesar disso não está confirmada a previsão de que Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL/PTB), representando as elites, se transformaria de imediato em polo destacado contra a candidatura popular de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PSB/PCdoB/PPS/PSTU/PV). A tentativa, afinal frustrada, de fazer candidato o ex-presidente José Sarney, mostra toda a insegurança das elites com relação a FHC.

Ao lado dessa possível polarização principal correm Leonel Brizola (PDT), Esperidião Amin (PPR) e Orestes Quércia candidato do PMDB que ainda enfrenta problemas com a Justiça. Com baixa aceitação popular, as perspectivas destas candidaturas dependem em boa medida, do desempenho de FHC.

Foram divulgadas as pesquisas de opinião do DataFolha, Ibope e Vox Populi relativas a abril, início de maio, que constata-

taram: a) um crescimento ainda maior da candidatura de Lula, inclusive com a possibilidade de não haver segundo turno. O destaque fica por conta dos 26% obtidos por Lula na consulta espontânea do Vox Populi; b) uma queda acentuada de FHC provocada pela aliança com o PFL, pelo crescimento das resistências internas no PSDB, pela ampla reprovação popular ao Plano de Estabilização e pelos defeitos do candidato.

FHC vaiado. A convenção nacional do PSDB realizada dia 14 de maio em Contagem, Minas Gerais, foi uma boa amostra das dificuldades de Fernando Henrique Cardoso. Constrangidas, as lideranças pefelistas presentes esconderam-se na parte de trás do palanque, o que não impediu que FHC fosse brindado com uma estrepitosa vaia quando falava aos convencionais, numa clara demonstração de desaprovção da base do partido à aliança com o PFL.

De outra parte consolidam-se as dissidências do PSDB. Na Bahia o partido realizou sua convenção estadual dia 8 de maio onde foi condenada a coligação nacional com o PFL e decidido o apoio da seção baiana a Lula já no primeiro turno.

ACM dá as ordens. Diante de tamanhas dificuldades Antônio Carlos Magalhães ocupou sem cerimônia o espaço de orientador político da candidatura de FHC.

"Para que ele (FHC) se transforme num bom candidato - recomenda ACM - precisa tomar uma postura agressiva", desvincular-se do Plano econômico que poderá enterrá-lo de vez, e coisas do tipo.

Mais que isso, ACM recomenda que o candidato FHC "ressalte que seu oponente se aliou aos representantes das forças políticas mais retrógradas e que não têm compromisso, sequer com a manutenção da democracia, adeptos de uma ideologia hoje em extinção".

Dessa forma a cambaleante candidatura de FHC pende definitivamente para a direita, perde qualquer conotação de centro que alguns insistiam em ver. Além disso a adoção dos métodos carlistas aponta para o nível de baixarias que serão utilizadas na campanha.

A tentativa do "salvador" ACM poderá isolar FHC ainda mais. Soa como grosseira falsificação o truculento Toninho Malvadeza, figura de destaque do regime militar, repressor contumaz dos movimentos populares na Bahia, aconselhar FHC a criticar o PT, o PCdoB e outros aliados por falta de compromisso com a democracia.

A "saída" das elites não poderia ser outra: ir mais ainda para a direita lançando mão do que há de mais reacionário e sujo na política brasileira.

Lula nos Estados Unidos

Na primeira semana de maio Luiz Inácio Lula da Silva foi aos EUA onde fez uma série de reuniões e palestras dirigidas principalmente a investidores e banqueiros norte-americanos. Um destes encontros, promovido pela Câmara de Comércio Brasil/EUA, chegou a ter a presença de 650 empresários, dia 12.

O centro de todas as conversas foi a questão da dívida externa, mas também estiveram em pauta as privatizações das empresas estatais e as condições para o investimento estrangeiro no Brasil. Todos queriam saber insistentemente se caso eleito, Lula iria ou não romper o acordo assinado por Fernando Henrique Cardoso em abril último. Lula chegou a ser interpelado cinco vezes sobre o assunto, por um mesmo banqueiro internacional em diferentes ocasiões.

Lula criticou termos do acordo e afirmou a seus

interlocutores que, somente em caso de grave crise cambial, o acordo seria renegociado. Defendeu também o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações.

Dívida, questão vital. Embora com respostas um tanto quanto amenas de Lula e Mercadante, o clima que prevaleceu na chamada comunidade financeira internacional foi de um certo ceticismo.

Mas o que realmente chama a atenção nessa história toda é a importância do problema da dívida externa para os círculos dominantes das finanças internacionais. Mesmo entre a esquerda apareceu a avaliação de que a dívida havia se tornado um problema menor nas novas condições do mundo. A viagem de Lula aos EUA sinaliza que, caso a frente popular e os círculos bancários que enfrentam uma forte pressão dos banqueiros internacionais.

Lançada frente de apoio a Lula

▼ Aconteceu no dia 13 de maio o lançamento da frente popular, democrática e nacional que apoiará Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Políticos, intelectuais e artistas assinaram a Carta do Rio

Guiomar Prates



Lula: é preciso resgatar a dignidade do povo

Além de Lula e José Paulo Bisol, indicado pelo PSB como candidato a vice-presidente, representantes dos partidos que integram a frente, intelectuais e artistas estiveram presentes no almoço realizado no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. José Renato Rabelo representou o PCdoB; Rui Falcão, o PT; Fernando Gabeira, o PV; Ciro Garcia, o PSTU; Miguel Arraes, o PSB; Zuleide, o PCB; e Roberto Freire, o PPS. Lá estiveram delegações de parlamentares de vários estados, como São Paulo e Mato Grosso. O prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, mandou mensagem e um representante. Entre os intelectuais, Antonio Houaiss, Evandro Lins e Silva, Rogério César de Cerqueira Leite, Ricardo Maranhão e Cândido Mendes, este último um dos muitos quadros do PSDB descontes com a aliança deste partido com o PFL e que já decla-

rou apoio à candidatura de Lula. Sérgio Mambert, Mário Lago e Antonio Grassi, que leu o manifesto, foram alguns dos artistas presentes. Prestigiaram o ato também os presidentes da UNE, Fernando Gusmão, da UBES, Joel Benin, da CUT, Jair Meneguelli, entre outros representantes de entidades sindicais e populares.

O candidato a vice-presidente, José Paulo Bisol, afirmou que em 1989, mais do que uma campanha foi inaugurado um movimento social que deve ser retomado agora. "Precisamos reeditar esse movimento, para que seja possível moralizar o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, preparando o terreno para inaugurar uma nova cultura política. Precisamos nos dar as mãos, porque representamos a esperança do

povo que quer ver a dignidade restaurada no país."

Lula, em seu discurso, reafirmou os compromissos com as várias questões abordadas na Carta do Rio. "Assumo esses compromissos diante de três mulheres que, pela idade e pelo que já fizeram, nem teriam a obrigação de estar aqui, mas estão porque a sua consciência supera todas as dificuldades", disse, referindo-se a dona Cordolina, mãe de Paulo Fonteles; Elza Moneratt, dirigente do PCdoB; e dona Maria Amélia, mãe de Chico Buarque.

"Estou convencido de que nós temos condições de resgatar a dignidade desse povo e a soberania de nosso país", disse Lula, sob o aplauso dos cerca de 500 convidados.

Sobre a recente viagem que fez aos Estados Unidos, Lula

diz que não assumiu compromissos com os banqueiros internacionais e aproveitou para alfinetar Fernando Henrique Cardoso, no que contou com a cumplicidade dos presentes: "Eu queria que os eleitores, para acreditar em um candidato, olhassem, pelo menos, a sua vida pregressa, para saber que um homem só pode fazer coisas boas no futuro se ele teve competência de fazer coisas boas no seu passado. Ao contrário de um dos meus adversários, que a primeira coisa que fez quando escolhido para o Ministério da Fazenda foi pedir para que o povo brasileiro esquecessem o que ele tinha escrito até aquela data, eu disse aos banqueiros que tinha orgulho do meu passado porque era exatamente em função dele que eu era candidato à Presidência da

República. Não me envergonho das greves que fiz, não me envergonho das amizades que tive, não me envergonho das coisas que eu falei, porque esse conjunto de procedimentos é que permitiu conquistar a confiança de vocês e me deu a certeza de que poderemos consertar o Brasil."

Falando em nome do PCdoB, Renato Rabelo disse estar convencido de que "o lançamento neste fórum, de uma ampla aliança político-social, das forças populares, progressistas e efetivamente democráticas, é uma garantia para a vitória e pode assegurar a existência de um novo governo, comprometido com os interesses da maioria da nação."

Na opinião do dirigente comunista, é necessário construir um programa de governo claro e orientado para a solução dos graves problemas que o país enfrenta. "O governo Lula não pode ser e não será, assim acreditamos, uma continuidade melhorada dos governos das classes que dirigiram nosso país até hoje. Por isso, apoiado no povo e com ampla participação deste, muitas vezes terá que contrariar interesses poderosos. Se impõe o desafio de levar adiante o desenvolvimento autônomo do país com ampliação do mercado interno e melhoria da distribuição de renda, a democratização em profundidade do Estado e da vida política, resguardo da soberania nacional, a elaboração de planos imediatos para atendimento dos problemas sociais mais candentes".

O Encontro Democrático - Fórum do Rio de Janeiro, aprovou a Carta do Rio, em apoio a candidatura da frente popular à Presidência da República, que transcrevemos abaixo:

O Brasil chegou ao seu limite

Esgotado por uma crise que corrói os alicerces da Nação e golpeia o povo em seu cotidiano, chegamos a um ponto de desagregação com o qual não se pode transigir.

É chegada a hora de dar um basta a este estado de coisas, reunindo as esperanças e a combatividade que o povo brasileiro revelou nestes últimos 20 anos.

Personalidades da vida nacional, representativas de diferentes setores sociais e correntes de opinião e os partidos políticos progressistas que esta subscrevem, decidem criar uma ampla aliança político-social para disputar e vencer a batalha eleitoral de 1994 e assegurar a efetividade de um governo comprometido com os interesses do povo brasileiro. Em torno de objetivos democráticos, populares e nacionais iniciamos a caminhada para conduzir à Presidência da República o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, expressão de um programa de transformações profundas de nossa economia, de nosso Estado e de nossa sociedade.

Para tanto convocamos homens e mulheres, os trabalhadores, a juventude, os intelectuais,

funcionários públicos, inclusive os militares e os empresários dispostos a forjar um processo de unidade capaz de construir uma força social e política que mude os rumos deste país dentro dos ideais de liberdade, justiça social e independência nacional. Anunciamos a disposição de constituir um novo governo da República, representativo das forças vivas da nação - socialmente avançado e politicamente progressista - que porá fim ao perverso pacto das chamadas elites, abrindo um período durante o qual governe a maioria.

Alertamos para os riscos da desagregação social de um país que tem mais da metade de sua população marginalizada da produção, do consumo e da cidadania, em decorrência das políticas das ditas elites, sem compromisso com a democracia.

Acusamos os que conspiram contra a soberania nacional, aprofundando nossa subordinação à atual ordem mundial, submetendo-nos a imposições de organismos não nacionais e internacionais, sucateando o Estado em nome de uma suspeita "modernidade" que só agrava a desigualdade social e a instabilidade política.

A resposta a tudo isso é a constituição de um governo democrático e popular que tenha no centro de suas preocupações o combate à exclusão social, a defesa da nação e a construção e ampliação da democracia.

Estes objetivos exigem um novo tipo de desenvolvimento, independente, ambientalmente equilibrado, que combine crescimento econômico, distribuição de renda, riqueza e conhecimento.

Promover a cidadania de milhões de excluídos exige muito mais do que a simples definição de políticas sociais compensatórias.

O Brasil reivindica grandes transformações e mudanças estruturais que implantem a reforma agrária, reequacionem soberanamente a dívida externa, acabem com a ciranda financeira e igualmente controlem os monopólios e os oligopólios.

O combate à inflação não pode mais estar associado à recessão econômica e às recorrentes políticas de arrocho salarial.

Uma nova política econômica impulsionará um amplo mercado de consumo de massas, retomará o investimento público que será orientado para as áreas de infra-

estrutura e articulado a uma política ativa de emprego, assegurando a recomposição progressiva dos salários, em especial do salário mínimo.

O governo democrático e popular com o apoio do povo brasileiro, reformulará o sistema de seguridade social e de saúde pública e promoverá uma verdadeira revolução do sistema educacional, para universalizar o ensino fundamental, elegendo a educação como a maior exigência das políticas sociais orientadas para o futuro.

A democratização do Estado e da sociedade exige meios de comunicação livres, que refitam a diversidade cultural e de opiniões do país e não apenas os interesses de grupos econômicos. Exige, finalmente, governos transparentes e socialmente controlados, única forma de garantir a ética e a moralidade da vida pública.

É nosso compromisso universalizar a cidadania através da ampliação das liberdades democráticas, do acesso de todos à Justiça, da garantia dos direitos humanos, da criação de novos direitos e do respeito às diferenças, sejam étnicas, de gênero, culturais ou decorrentes de condição

social ou opção de vida.

É nosso compromisso a reforma e democratização do Estado, o combate aos interesses privados que nele se incrustaram, sua desburocratização, seu controle pela sociedade, através da participação popular.

Além de defender o patrimônio público e promover uma grande transformação econômica, social e política, o novo governo assegurará uma inserção soberana do Brasil no mundo, e a integração continental, desenvolvendo ao mesmo tempo ações em busca da paz e de uma ordem mundial justa e democrática.

É preciso transformar sentimentos de desilusão e indignação, hoje generalizados, em mobilização e ações criadoras capazes de conduzir Lula e as forças que o apóiam ao governo da República e iniciar a grande transformação que este país espera e exige.

Está nas mãos do povo brasileiro mudar o curso de nossa história, honrando a memória dos que viveram e morreram para que este país fosse um dia uma terra de exemplo, enfrentaremos os desafios do presente e construiremos o futuro.

Forças populares vão crescer em Minas

Com a presença de 209 delegados, 20% dos quais jovens comunistas, realizou-se a Conferência e Convenção Estadual do PCdoB em Minas Gerais. Os participantes vieram de 62 cidades o que representa mais do dobro dos municípios presentes na Conferência anterior, demonstrando um importante fenômeno da interiorização partidária.

A resolução política aprovada pelos comunistas mineiros afirma: "Em Minas as elites que não participam diretamente da disputa presidencial, através da presença em alguma chapa, procuram se unir em torno de uma candidatura que viabilize sua continuidade no Palácio da Liberdade e dê sustentação a seu projeto nacional".

Para se contrapor a essa articulação conservadora, o partido em Minas acha fundamental que se "aglutine de imediato, o núcleo popular - PT, PCdoB, PSB, PV, PCB, PSTU, PPS, e que, ao longo da campanha, busque uma aproximação com outras forças democráti-



A Convenção do PCdoB em Minas contou com a representação de 62 cidades

cas-setores do PDT e do PMDB - com vistas a uma forte aliança no segundo turno".

A disputa aos cargos majoritários começa a assumir feições mais definidas no Estado. A chapa da Frente Popular já se completou com a indicação de Antônio Carlos Pereira (Carlão/PT) para governador e do deputado estadual Raul

Messias (PSB) para vice. Virgílio Guimarães (PT) concorrerá ao Senado. A campanha teve início com concorrida inauguração do Comitê destes candidatos.

No PMDB, a derrota dos setores democráticos que pleiteavam a candidatura do deputado federal Tarcício Delgado para governador, poderá levar

ao reforço da chapa popular. O candidato escolhido é o empresário José de Alencar, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, nome sem tradição política e que não coesiona o PMDB.

O governador Hélio Garcia, que articula em torno da aliança PTB/PSDB, continua mantendo seus aliados imobiliza-

dos à espera do "seu nome preferido". A candidatura conservadora de Hélio Costa (PP) continua mantendo a preferência das intenções de voto, antes da campanha esquentar.

Campanha do PCdoB. O partido em Minas entra na campanha eleitoral com o objetivo de reeleger deputado federal Sérgio Miranda e assegurar a presença comunista na Assembléia Legislativa do Estado.

Lança para tanto 5 candidatos: os vereadores Lipa Xavier, de Montes Claros, pelo norte; Lisa Prado, de Uberlândia, pelo Triângulo; e Paulo Rogério, de Juiz de Fora. Completam a chapa comunista Edmundo Vieira, no polo operário e Newton de Souza, em Belo Horizonte e setores da área educacional.

No final da Conferência estadual foi realizado um ato político que deu partida à campanha. Compareceram dirigentes do PT, PSB, PPS e PCB que discursaram ao lado dos dirigentes do PCdoB para uma platéia entusiasmada de mais de 300 pessoas.

Reviravolta no Amazonas

O quadro político no Amazonas para as próximas eleições sofreu uma mudança brusca de última hora. O candidato lançado pelo governador Gilberto Mestrinho, ex-secretário da Fazenda, Sérgio Cardoso, foi praticamente obrigado a renunciar devido a divergências em relação a seu nome, dentro de seu partido, o PMDB.

Extra oficialmente porém sabe-se que a renúncia está ligada a uma reaproximação entre Mestrinho e o ex-prefeito de Manaus, seu antigo aliado, Amazonino Mendes que concorre ao cargo de governador pela legenda do PPR, com apoio do PFL, PP, PDT e outras legendas sem expressão. Esta versão é confirmada pelo senador do PMDB, Gilberto Miranda. Desta maneira estaria resuscitada a antiga Aliança Democrática no Amazonas.

Mestrinho não confirmou nem desmentiu mas desistiu de lançar outro candidato, liberando os membros de seu partido a apoiarem quem quiserem. Parcela significativa do PMDB não aceita apoiar Amazonino e discute o nome de um substituto para Sérgio Cardoso que poderá ser o deputado estadual Sebastião Reis (PMDB). Diante das dificuldades este partido adiou sua Convenção Regional para o fim do mês. PSDB e PSD também estão

sem candidatos.

No campo das oposições o que há de mais importante é a formação da Frente de Oposição do Amazonas - FOAM - formada pelo PCdoB, PSB, PMN, PL e PRONA que apresenta como candidato a governador o deputado estadual Nonato Oliveira (PL). O PT vai sozinho para a disputa com o vereador Aloysio Nogueira.

Pressentindo o perigo que representa a FOAM para as elites do Amazonas, Mestrinho tem feito articulações e ataques no sentido de tentar inviabilizar a candidatura de Nonato Oliveira.

Nomes respeitados. Os candidatos escolhidos pelo PCdoB tem encontrado uma ótima repercussão nos segmentos progressistas e populares da sociedade amazonense. Na capital, a vereadora Vanessa Grazziotin vai disputar uma vaga da Câmara Federal. O deputado estadual e presidente do partido no Estado, Eron Bezerra é candidato à reeleição.

No interior, os nomes comunistas que vão disputar a preferência dos ribeirinhos são o do vereador de Tefé, Eliézio Moura, no médio Solimões, candidato à Assembléia Legislativa; e de Pedro Mendes, liderança indígena Ticuna, com base em

Benjamin Constant, candidato à Câmara dos Deputados.

O PCdoB apresentou oficialmente estes nomes à sociedade numa já tradicional feijoada vermelha, dia 7 de maio. Por lá passaram mais de 1.500 pessoas incluindo artistas, lideranças sindicais e populares, além de dirigentes de partidos aliados.

Vale ressaltar que tanto Vanessa Grazziotin quanto Eron Bezerra têm seus nomes projetados pelo desempenho dos mandatos que exercem. Ambos foram apontados pela imprensa local, por três anos consecutivos, como os Tribunais do Ano. Destacaram-se entre seus pares por terem apresentado o maior número de proposições.

No interior a situação não é diferente. Eliézio Moura foi o candidato mais votado da oposição em seu município e tem ocupado cargos importantes na Câmara de Vereadores. Pedro Mendes é amplamente conhecido pelo trabalho em defesa dos índios, numa vasta área do alto Solimões.

Desta maneira o PCdoB espera ampliar sua influência política no conjunto do Estado, fortalecendo sua presença também no interior, traduzindo em mandatos a sua abrangência em quase todos os municípios do Amazonas.

Alternativa popular no Ceará

No Ceará o processo eleitoral esteve ameaçado de ficar restrito à polarização entre candidatos majoritários das classes dominantes.

Mas as elites não contavam com a astúcia das forças progressistas que, no dia 13 de maio, lançaram a Frente da Cidadania, integrada pelo PT, PCdoB e PSB. Gestada durante um período prolongado a Frente indicou o arquiteto Joaquim Cartaxo (PT) como candidato a governador. Essa articulação progressista corresponde aos anseios e à tradição do povo do Ceará onde as forças avançadas da sociedade jamais aceitaram ficar sem um candidato. Para que a Frente da Cidadania se transformasse em realidade foram positivas as pressões da sociedade civil. Foram lançados manifestos de intelectuais, de jovens e de sindicalistas cobrando dos partidos progressistas a necessária frente eleitoral que expressasse uma alternativa popular para o Ceará.

Acabou-se dessa forma a tranquilidade com que as elites esperavam enfrentar o pleito. Neste campo concorrem ao governo Tasso Jereissati, ex-governador pelo PSDB, junto com o PDT, PPS, PL, PTB e PSD. É a candidatura dos empresários cearenses que tenta reforçar a partir do Estado, o Cambaleante Fernando Henrique Cardoso. Já o PMDB lança o ex-prefeito de Fortaleza, Juracy Magalhães

e, longe de ser a frente democrática que se contrapõe ao regime militar, tenta fazer o Ceará retroceder, articulando-se com o PFL, PPR e PP para tentar trazer de volta as velhas oligarquias dos coronéis.

Papel do PCdoB. Desde meados do ano passado o partido se empenhou na formação da frente progressista. Expos suas opiniões em defesa da unidade em documentos e inúmeras reuniões. Agora os comunistas participam da chapa majoritária com o vereador de Fortaleza Chico Lopes e o suplente de vereador e dirigente sindical Lula Moraes, como primeiros suplentes ao Senado.

O deputado estadual Inácio Arruda é o candidato do partido à Câmara Federal e, à Assembléia Legislativa concorrem pela legenda comunista Carlos Augusto, presidente regional do partido e o vereador de Aracati, Tinoco Luna.

A agenda dos candidatos está repleta de convites para debates e mobilizações o que mostra integração com o movimento social e revela boas perspectivas eleitorais. No próximo dia 29 os nomes dos candidatos serão oficializados em Convenção Regional. Prepara-se para o ocasião um grande ato político para dar maior impulso à campanha.

CDM - Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois
José Vieira Filho/MG, Antônio Levino/AM e Inácio Carvalho/CE.



Convenção Nacional referendou apoio à candidatura de Lula

Fazer deste lugar um bom país

▼ Em Convenção Nacional o Partido Comunista do Brasil referendou a frente popular e o apoio às candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva e de José Paulo Bisol a presidente e vice-presidente da República

Marcos Ruy

A Convenção ocorreu no plenário 1º de Maio, da Câmara de Vereadores de São Paulo, com a presença de delegados de diversos estados. Houve decisão unânime sobre a presença do PCdoB na coligação dos partidos populares para a disputa da Presidência da República. Com início às 9 horas, cada representante relatou a situação do partido e das coligações em seus estados. Às 15 horas começou o ato político propriamente dito, coordenado pelo vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo.

Rabelo iniciou lendo a nota da Convenção com os dizeres: "Incapazes de resolver os problemas aflitivos do povo em agravamento contínuo, as classes dominantes que governam o país faliram e não têm projeto nacional" (leia texto na íntegra ao lado). Em seu discurso Rabelo ressaltou que "a candidatura Lula pode aprofundar a democracia em nosso país com um governo popular." Em seguida, Valério Arcari, dirigente nacional do PSTU, saudou a Convenção repetindo várias vezes que "as grandes lutas são as que estão por vir". O presidente do PSB-SP, Luis Paulo Costa, discursou afirmando que o principal objetivo da frente popular é "construir um projeto nacional para o país." Já Telma Dias, presidente do PMN-SP, com um discurso emocionado, disse que nunca recebeu acolhida tão calorosa em convenções de outros partidos e reafirmou a importância dos partidos de esquerda nesta eleição.

Em seu discurso, o líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima, disse que "jamais tivemos na história do país oportunidade tão clara de alterar a correlação de forças que governará o Brasil, para erguê-lo como nação soberana." O deputado baiano rebateu as recentes críticas feitas ao partido e à sua participação na coligação de partidos populares, afirmando que "o PFL é o partido dos torturadores, enquanto o PCdoB é o dos que foram torturados na ditadura militar". O PFL é o aliado de Fernando Henrique Cardoso. O vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, afirmou em seu discurso que o partido luta pela "emancipação nacional, pela liberdade e pelo socialismo". Ele criticou o Plano FHC2 e perguntou "como se pode acreditar num plano de estabilização que corta verbas da saúde, da educação, da cultura?". Para Rebelo só na periferia de São Paulo 40 em cada 100 crianças estão sem escola e que é impossível conceber um plano antiinflacionário que mate de fome os trabalhadores.

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, afirmou, no encerramento da Convenção, que "a eleição deste ano é continuada ocorrida em 1989". Para ele em 89 foi dado um "brado de alerta" que

hoje surge com mais força. Amazonas acredita que a candidatura de FHC não decola "porque a bandeira que defende é a do entreguismo e o povo não aceita que se entregue a nação brasileira" e complementou com a afirmação de que "quem vai resolver os problemas do país é o povo brasileiro" e não essa "elite que não entende o povo, nem uma pessoa ou um partido sozinho". Amazonas conclui dizendo que "o socialismo é o futuro do mundo, causa invencível da humanidade", mas para construirmos uma sociedade socialista é preciso muitos aliados. Ele acredita que essa batalha eleitoral define-se na disputa entre "as forças populares e a elite agonizante."

Prestigiaram a Convenção Nacional do PCdoB, diversas personalidades do mundo político e cultural, como a escritora Antonieta Dias de Moraes; o filósofo Eduardo Supicira; Maria Trindade, sobrevivente da chacina da Lapa; e Elza Monerat. O representante do PT, senador Eduardo Suplicy chegou ao final dos trabalhos da Convenção. Todas as atividades desta Convenção mostraram que tem gente boa espalhada que pode fazer deste lugar um bom país, como dizem Milton Nascimento e Fernando Brant.

Mensagens e telegramas saudaram o PCdoB

"...É fundamental ressaltar à atuação dos companheiros do PCdoB em vários momentos que juntos trabalhamos. Pudemos sentir a seriedade e a coragem nas várias batalhas enfrentadas...", escreveu o deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP), em sua saudação à Convenção Nacional do PCdoB. O presidente do PCB, Horácio Macedo, enviou mensagem afirmando que "...a esses comunistas acredito cabe uma tarefa importante - serem o núcleo catalisador do processo de unificação das esquerdas..." O chefe da delegação especial Palestina, Ahmad Sobeh agradeceu em sua mensagem "pela permanente e constante solidariedade do PCdoB" à causa palestina. "...Mediante nova era de lutas de nosso povo que ora se concretiza... rendemos homenagem a solidariedade internacionalista para com nossos direitos e em especial ao amigo PCdoB."

Também enviaram saudações à Convenção, o embaixador do Iraque no Brasil, Qais Tawfiq Almkhtar e o vice-governador do Rio Grande do Sul, João Gilberto Lucas Coelho. Chegaram ainda telegramas do governador da Paraíba Cícero Lucena Filho; de Jair Meneghelli, presidente da CUT; do deputado federal Zaire Rezende (PMDB-MG); de Roberto Freire, presidente do PPS; do prefeito de Goiânia pelo PT, Darsi Accorsi; de Albuino Azeredo, governador do Espírito Santo; e do senador Antonio Mariz.

NOTA DA CONVENÇÃO NACIONAL DO PCdoB

Sobre as eleições presidenciais

1. Na sua Convenção Nacional, realizada a 15 de maio, o Partido Comunista do Brasil decidiu apoiar as candidaturas de Luís Inácio da Silva à Presidência da República e de José Paulo Bisol à vice-presidência nas eleições de 3 de outubro vindouro. Esta decisão corresponde aos mais altos interesses da imensa maioria da nação. O Brasil encontra-se em situação muito difícil. O desemprego, a fome e a pobreza atingem milhões de brasileiros. É cada vez maior o número de pessoas que não consegue o mínimo dos recursos para sobreviver. A soberania nacional está sendo leiloada com as privatizações e a política neoliberal. Incapazes de resolver os problemas aflitivos do povo em agravamento contínuo, as classes dominantes que governam o país faliram e não têm projeto nacional. Associam-se aos oligopólios e à oligarquia financeira internacional com o objetivo mesquinho de defender seus lucros à custa da identidade nacional e dos sofrimentos da grande massa da população. O Brasil precisa mudar de rumo e de governantes a fim de reverter o quadro desolador em que se acha o país.

2. As eleições de 3 de outubro, não obstante as limitações que apresenta, constituem uma oportunidade que se abre ao povo para derrotar as elites dirigentes e seus candidatos comprometidos com o atual estado de coisas. Apesar dos torpes manejos da reação e do conservadorismo contra a candidatura popular de Luís Inácio Lula da Silva, o povo mobilizado e esclarecido tem todas as condições para impor sua vontade de mudanças e assegurar a vitória nas ruas. Os reacionários dispõem do poder econômico, do monopólio dos meios de comunicação, da máquina administrativa como instrumentos de propaganda e suborno eleitoral. O caminho da vitória passa, assim, pela ampla unidade das forças populares e progressistas. Precisamente por isso, a Convenção Nacional do Partido Comunista do Brasil defende e apóia a coligação dos vários partidos de extração popular - PT, PCdoB, PSB, PPS, PSTU, PCB e outros - em frente nacional, democrática e popular que agrupe, além des-

ses partidos, personalidades civis e militares de destaque ao movimento democrático, patriótico e progressista.

3. O Partido Comunista do Brasil é de opinião que a união do povo e a campanha eleitoral para alcançar êxito tem de se apoiar num programa de governo claro e orientado para a solução dos graves problemas que o país enfrenta. O Brasil precisa de um governo diferente dos que até agora dirigiram o país. O governo de Lula não pode ser e não será uma continuidade "melhorada" dos governos das classes dominantes. Apoiado ao povo, terá que por em prática medidas enérgicas para tirar o país do atoleiro em que se encontra, terá que contrariar interesses poderosos. Impõe-se promover o desenvolvimento independente do país, a democratização em profundidade do Estado e da vida política, o resguardo da soberania nacional, o atendimento dos problemas sociais candentes. Somente desse modo afirmar-se como governo popular e realizador das esperanças dos trabalhadores e do povo. É certo que nem tudo pode ser conseguido de uma hora para outra. É necessário ter em conta a correlação de forças existente em cada momento. O que não se pode, porém, é deixar de persistir nos objetivos visados, buscar e encontrar formas de realizá-los. O Partido Comunista do Brasil lutará, aliado ao PT e aos demais partidos populares para alcançar a vitória nas urnas e fortalecer e consolidar o primeiro governo de origem popular que irá dirigir o Brasil.

4. A Convenção Nacional faz um chamamento a todos os militantes, filiados e amigos do PCdoB para empenhar-se decididamente na campanha eleitoral, fortalecendo a unidade das forças progressistas, a fim de eleger Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República e criar condições para as mudanças de fundo que o Brasil necessita.

São Paulo, 15 de maio de 1994

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois do Brasil

Movimentos

Cecut-RJ derrota
Articulação

A Articulação foi a grande derrotada no 8º Congresso Estadual da CUT-RJ, realizado de 21 a 24 de abril. PSTU, CSC, PCB, CUT pela Base, Força Socialista e independentes contavam com cerca de 60% dos delegados, o que permitiu maioria para as teses mais à esquerda. Uma das principais vitórias da esquerda cutista foi a aprovação da resolução de se desfiliar da Ciois. Outra importante resolução do Cecut-RJ foi a condenação do bloqueio norte-americano a Cuba. O Congresso condenou também a forma como o Mercosul vem sendo conduzido. Em relação às eleições o Cecut-RJ decidiu apoiar já no primeiro turno a candidatura com um projeto democrático e popular.

A Corrente Sindical Classista tinha 10% dos delegados e interferiu decisivamente nos rumos dos debates, colocando claramente suas posições em defesa do sindicalismo classista. Foi aprovada moção de repúdio à condenação ao presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes, perseguido por ACM.

A CSC no
Cecut-RS

A Corrente Sindical Classista do Rio Grande do Sul arregaçou as mangas e partiu para a ofensiva no 7º Congresso Estadual da CUT-RS. Justamente porque diminuiu a participação classista de 18% no 6º Cecut-RS para 12,33% no 7º. Importantes iniciativas foram tomadas no interior do Estado para uma participação organizada neste Congresso. Para avançar na luta sindical, a coordenação estadual da CSC decidiu elaborar o "Boletim Classista", com periodicidade mensal. Assim os gaúchos procuram dar a volta por cima da derrota sofrida no 7º Cecut-RS.

Conam faz
Conferência

De 24 a 27 de maio, será realizada, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Habitação, promovida pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). A Conferência dividiu em oito temas, os problemas relacionados à habitação: "Habitação: uma gestão de política pública de caráter social"; "Reforma urbana: uso e ocupação de território, direito social e construção da cidadania"; "Recuperação do meio ambiente: infraestrutura urbana e saneamento básico"; "Investimento na habitação e no saneamento básico"; "Tecnologias inovadoras para a construção de habitações: produção e produtividade"; "O Fundo Nacional de Habitação do Sistema Financeiro da Habitação"; "Controle social da produção da habitação"; "Moradia de aluguel: lei do inquilino, locação social".

O dia em que o Brasil quase parou

▼ Em março a CUT determinou o dia 11 de maio como o Dia Nacional de Luta contra o plano FHC2. A partir daí o país foi tomado por greves de ponta a ponta. Os trabalhadores lutam para repor perdas salariais causadas pelo plano

Marcos Ruy

O candidato de uma frente de direita, Fernando Henrique Cardoso apressou-se em identificar a onda grevista como parte da campanha eleitoral do candidato das forças populares, Luis Inácio Lula da Silva. O instituto Datafolha realizou pesquisa na capital de São Paulo e descobriu que 41% dos paulistanos acreditam que as centrais sindicais desejam influenciar na sucessão presidencial. Contudo, 53% desse total são do PSDB, partido de FHC. Para 51% dos entrevistados as greves são contra os salários baixos ou contra o plano econômico do governo. Já o presidente da CUT, Jair Meneguelli, explica que "em maio, temos no país 5,2 milhões de trabalhadores em data-base", por



Manifestação dos professores em São Paulo

isso o grande número de greves.

Somente de janeiro a março de 1994, a média mensal é de 68 greves. Certamente em abril e maio esse número cresceu. Os servidores públicos federais, estaduais e municipais constituíram a maioria dos que paralisaram suas atividades. Principalmente, os trabalhadores ligados às áreas da saúde, educação e previdência social, que são os setores mais atingidos pelos cortes efetuados com o plano de "estabilização" de FHC. A conversão dos salários em URV pela médias dos últimos quatro meses, foi o argumento mais importante usado pelos grevistas.

Intervenção. A greve que causou maior impacto foi a da Polícia Federal, sobretudo causou espanto quando o presidente Itamar Franco determinou que o Exército ocupasse as sedes da PF em Brasília, São Paulo, Porto Alegre e a Ponte da Amizade, em Foz de Iguazu (PR). O Exército colocou de prontidão 10% de seu efetivo, sendo que o governo federal ordenou uma operação rejeitada até pelos presidentes do regime militar: o desembarque de paraquedistas na Praça dos Três Poderes. Para Lula o uso das Forças Armadas para conter greves é um atestado de incompetência.

Em todo o país, milhares de trabalhadores cruzaram os braços, assustando a elite. Pensamento sintetizado pelo senador José Richa (PSDB-PR) com a seguinte frase: "tememos pelo risco de uma convulsão social." No entanto, professores, médicos, servidores públicos - federais, estaduais e municipais - metalúrgicos, motoristas e cobradores, metroviários, funcionários das estatais de informática, da Funai, da LBA, enfim trabalhadores de todos os matizes expressaram em seus movimentos a vontade de milhões de brasileiros em mudar o rumo da política econômica vigente no país.

Trabalhadores rurais se manifestam

De 9 a 12 de maio, várias entidades de camponeses promoveram uma série de mobilizações denominadas *Grito da Terra Brasil*. Em Brasília, mais de mil camponeses fizeram manifestação em frente ao Palácio do Planalto para exigir audiência com os ministros e com o presidente Itamar Franco, no dia 9. Depois de muita pressão foram agendadas várias audiências. O ministro da Fazenda Rubens Ricupero, entretanto, recusou-se a receber os sem-terra. Então, no dia 11, foi feita uma passeata em conjunto com os grevistas da Polícia Federal e os trabalhadores rurais tentaram ocupar a sede do Ministério de Ricupero. O ministro teve que fugir pela porta dos fundos.

Em São Paulo, 500 lavradores realizaram manifestações e ocuparam o prédio do Ministério da Fazenda. 250 sem-terra ocuparam a sede do Inbra em Belo Horizonte. Já em Recife 4 mil pessoas realizaram passeata e fizeram ato em frente ao palácio do governo. Mil camponeses realizaram passeata em Campo Grande e 200 trabalhadores ocuparam a Assembleia Legislativa. Em Salvador, 150 rurais ocuparam a sede do Inbra. No Rio de Janeiro, centenas de sem-terra fizeram passeata na capital fluminense. 700 trabalhadores rurais acamparam em frente ao palácio do governo, em Aracajú. 5 mil lavradores foram cercados pela polícia em



Lavradores lutam por reforma agrária

Ariquemes (RO), após negociações, os trabalhadores seguiram para Porto Velho, para suas manifestações.

Em Natal, 400 trabalhadores assentados e acampados fizeram caminhada até o palácio do governo. Cerca de 2 mil sem-terra ocuparam o prédio do Ministério da Fazenda em Curitiba. No Ceará,

500 trabalhadores rurais ocuparam a sede do Banco do Nordeste do Brasil e 300 acamparam na Assembleia Legislativa. Mil sem-terra realizaram manifestação em Florianópolis. Os trabalhadores rurais cataram-se de terra ocuparam a Secretaria da Agricultura do Estado. De 10 a 11 de maio realizou-se na cidade de Imperatriz

(MA) a 1ª Feira Estadual da Reforma Agrária. Enquanto em Vitória, 700 lavradores participaram do movimento liderado por várias entidades de trabalhadores rurais.

Porto Alegre. O conflito mais grave, contudo, ocorreu no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, cerca de três mil camponeses participaram do *Grito da Terra Brasil* e tentaram ocupar o prédio do Ministério da Fazenda, quando foram surpreendidos pela Brigada Militar que se abrigava no interior do prédio, como filmadora em punho e tudo. O resultado foram cerca de 14 sem-terra e 10 policiais feridos. Segundo o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, João Pedro Stedile, foi uma armadilha preparada pela polícia em conluio com a Rede Globo.

Os sem-terra reivindicam principalmente a aplicação de uma reforma agrária que contemple os trabalhadores rurais do país. Os conflitos no campo se intensificam. Somente no ano passado, 391.128 pessoas envolveram-se em conflitos de terra no Brasil, 52 trabalhadores foram assassinados, com 37 tentativas de homicídio e 154 pessoas sofreram ameaças de morte. *Conflitos no campo - Brasil 1993*, publicado pela Comissão Pastoral da Terra. (MR)

Mulher x Nova Ordem

▼ Este foi o tema do 3º Congresso da União Brasileira de Mulheres realizado em Goiânia de 13 a 15 de maio com presença de 200 mulheres de 17 estados. Elas declararam guerra à nova ordem imperialista e vão reestruturar a entidade

Por Christiane Campos de Goiânia

Na abertura do congresso estavam representante do reitor da Universidade Federal de Goiás; deputada Denise Carvalho (PCdoB), em nome da Assembléia Legislativa; deputado Aldo Arantes (PCdoB) em nome da Câmara Municipal de Goiânia; Sandra Cabral, coordenadora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT; Joana D'Arc, da Assessoria para Assuntos da Mulher, representando o prefeito de Goiânia; OAB-Goiás; a presidente do DCE da UFGO; o coordenador nacional da UJS, Jorge Panzera; Ana Maria Rocha, do Diretório Nacional do PCdoB; deputada estadual Jussara Cony (RS); vereadora Emília Pardini (PSB) de Pirapora (PR); além de dezenas de diretoras de sindicatos, entidades estudantis, comunitárias e do movimento negro de todo o país.

Na abertura a presidente da UBM, Gilse Cosenza, fez pronunciamento que deu a tônica dos debates até o final do congresso. "Nos últimos anos uma campanha antifeminista afirma que o feminismo fracassou porque as mulheres foram para os espaços públicos (escolas, mercado de trabalho, ação social e política). Com



Mesa de abertura do 3º Congresso da UBM

isso pioraram sua situação adquirindo novos problemas, dupla jornada de trabalho, e mais sofrimento. Conforme essa tese, seria a hora de elas admitirem essa realidade, voltarem para dentro de casa e recuperarem a auto-estima em grupos de reflexão ou auto-ajuda. A UBM afirma o contrário: é ótimo que tenhamos conquistado novos espaços. Cabe à sociedade absorver as mulheres como cidadãs, mães, trabalhadoras, chefes de família, produtoras econômicas e participantes políticas", disse ela.

Carta de Goiânia. Sobre a campanha eleitoral a carta diz que a entidade deve se posicionar ao lado da candidatura que se identifique com a defesa da soberania nacional; a luta pelo fim das privatizações; a garantia dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988; uma política social que garanta às mulheres igualdade de acesso e permanência no mercado de trabalho; a implementação de políticas públicas que garantam à mulher o pleno exercício de sua cidadania (isso deve se dar por meio da socialização da responsabilidade

pela manutenção da vida e o cuidado com as crianças e com a criação e manutenção de creches; aliviando os encargos domésticos sobre a mulher com criação de restaurantes e lavanderias coletivas; combatendo a violência doméstica e sexual e apoiando suas vítimas, instalando delegacias da mulher e casas de abrigo; implantando efetivamente o Sistema Único de Saúde e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, descriminalizando e legalizando o aborto entendendo-o como problema de saúde pública).

Ação da UBM. O congresso aprovou um plano de atuação da entidade em que se destacam alguns pontos. A denúncia do capitalismo e seus efeitos nocivos sobre a mulher como forma de abordar a saída socialista e apontar perspectivas de solução para a encruzilhada em que se encontra o Brasil. A UBM vai mobilizar todas as suas filiadas tentando garantir a eleição de Lula em contraposição ao projeto neoliberal e a vitória dos candidatos a deputado identificados com a luta feminista e

contra a nova ordem. Vai participar da Conferência Mundial de População e Desenvolvimento a se realizar no Cairo (Egito) ainda neste ano, e da avaliação da década da mulher a se realizar em 1995 em Pequim. E vai fortalecer o movimento emancipacionista em todo o país construindo e incentivando entidades e núcleos emancipacionistas; fortalecendo ou criando diretorias, secretarias e departamentos sobre a questão da mulher nas entidades sindicais, estudantis, comunitárias e do movimento negro, esforçando-se para que esses órgãos participem dos fóruns unitários do movimento de mulheres.

Diretoria. O congresso elegeu a nova diretoria da UBM. Gilse Cosenza (presidente), Raquel Guizoni (vice-presidente), Olívia Rangel (secretária geral), Sara Sorrentino (tesoureira geral), Clara Araújo (diretora de imprensa) e mais o conselho diretor composto por 21 mulheres representando diferentes regiões geográficas e frentes do movimento social (sindical, comunitário, estudantil e movimento negro).

Presidente da UBM fala de planos futuros

Gilse Cosenza é presidente da União Brasileira de Mulheres, reeleita no Congresso de Goiânia. Ela fala dos planos da entidade

Por Christiane Campos

Classe- Por que o tema "Mulher X Nova Ordem?"

Gilse- Porque as mulheres enfrentam secularmente problemas pesados. Nos últimos anos, ao mesmo tempo que elas foram adquirindo novas responsabilidades, principalmente no aspecto profissional, vem se configurando uma situação social, política e econômica muito difícil. Os grandes grupos econômicos, os países ricos, que dominam o resto do mundo, estão definindo uma política de massacre do povo, de desemprego estrutural, de arrocho salarial, de exclusão e marginalização de populações inteiras, inclusive passando por cima da soberania dos países pobres.

Nós mulheres somos duplamente prejudicadas por esse tipo de política porque se há desemprego para todos, para nós é desemprego dobrado, por causa da discriminação. Se o salário fica arrochado, para nós ele archoa em dobro, porque mesmo sem arrocho nós já



Gilse Cosenza, presidente eleita

ganhamos praticamente metade do salário médio dos trabalhadores homens. Para completar, as conquistas alcançadas com muita luta, como creches, saúde e educação pública e delegacias da mulher, estão ameaçadas na medida em que essa política da nova ordem prevê corte drástico das verbas sociais. Portanto, as mulheres estão em guerra contra a nova ordem em luta pela emancipação, pelo direito à cidadania plena, a um mundo mais democrático e progressista, enfim, pelo direito de ser feliz, estão em guerra com a nova ordem.

Classe- O congresso mudou vários itens do estatuto da UBM. Por

quê?

Gilse- Nosso movimento não é igual ao movimento estudantil, comunitário ou sindical, formado por entidades tradicionais cujos filiados estão bem localizados numa categoria, em escolas ou num espaço geográfico. A mulher não é categoria, está em todos os espaços. As filiadas da UBM são sindicalistas, ativistas estudantis, líderes comunitárias ou do movimento negro e, ao mesmo tempo, ativistas emancipacionistas. Mas essa atividade emancipacionista elas executam nos diversos espaços do movimento social. Então a UBM não poderia continuar organizada sem levar isso em conta. Uma estrutura rígida, pesada, inviabilizaria o avanço e a mobilidade dessa riqueza de ação das mulheres. As mudanças foram consequência das discussões do congresso sobre o perfil da mulher dentro da atual situação político-sócio-econômica do Brasil e sobre as formas de organização necessárias a esse perfil. A UBM adquire condições melhores de funcionamento, ágil e democrático.

Classe- O congresso atingiu os

objetivos?

Gilse- Sim. Criou as bases para o fortalecimento e retomada do movimento emancipacionista num patamar mais alto, acumulando experiência do movimento anterior. Concluímos que as causas da opressão de gênero estão intrinsecamente ligadas ao sistema social de opressão de classe. Portanto, essa luta tem de ser absolutamente interligada. E papel das mulheres discutir tudo que as afeta e tomar posição. Mas cada mulher, como cidadã e trabalhadora, também deve tomar posição e chamar todas as brasileiras para o combate ao projeto neoliberal que está massacrando o povo.

Classe- Qual o saldo do congresso?

Gilse- O congresso foi uma vitória. No final as delegadas vinham dizer que no próximo encontro vão estar em dobro, tanto na quantidade como na qualidade. Daqui a três anos vamos estar de mãos cheias de resultados e de corações alegres e entusiasmados pelo saldo obtido em Goiânia. Ficamos eufóricas com o congresso e temos certeza que a luta pela emancipação saiu dele mais forte.

Bateu na trave

Renildo de Souza

A bola bateu na trave e a Corrente Sindical Classista não fez o gol merecido no 7º Congresso Estadual da CUT-BA. Pela diferença mínima de cinco votos a Articulação venceu a eleição da diretoria da CUT estadual, com direito, pela proporcionalidade, à presidência e grande número de cargos. O placar da votação foi: 219 votos para a Articulação, 214 para a CSC e 87 para a chapa dos grupos Força Socialista e MTM.

Politicamente, a CSC saiu vitoriosa. Da abertura ao encerramento, os raríssimos momentos de debate nos grupos de plenária tiveram a intervenção e os discursos mais políticos e mais amplos através dos delegados da CSC. A única resolução aprovada em plenário refere-se à emenda apresentada e defendida pela CSC criticando a atual estratégia reformista e conciliadora da CUT ("desenvolvimento com distribuição de renda") e propondo como horizonte para a central a estratégia do socialismo.

A selvageria, hegemonismo e manipulação da Articulação no comando da CUT-BA tem historicamente emperrado a entidade, inviabilizando o cumprimento do seu papel de unificação e coordenação das lutas estaduais. É assim que os últimos congressos e plenárias baianas são desorganizados propositadamente para privilegiar conflitos rasteiros, sobretudo na questão da eleição e credenciamento dos delegados.

A maioria da bancada da Articulação em todos os Cecuts é constituída de delegados de trabalhadores rurais. Novamente, neste Congresso, os sindicatos de trabalhadores rurais compareceram com grandes delegações que não correspondem ao critério do número de associados quites de cada sindicato. Eis a fraude escandalosa. Foi assim que a Articulação venceu. Aliás, as finanças, sede e recursos do Cecut-BA há muitos anos têm sido utilizados prioritariamente para sustentar a atividade sectária da Articulação no sindicalismo rural baiano, inclusive com muitas pessoas assalariadas pelos cofres da entidade.

Considerando tais acontecimentos, a CSC precisa reforçar o seu trabalho no campo, consolidando-se na Fetag, colocando-se na diretoria de centenas de sindicatos de trabalhadores rurais, liderando ações de massas em campanhas de salário e emprego, pela posse da terra, e em apoio a pequenos produtores. A nova diretoria do Ceata deve atuar ativa e dinamicamente. Precisamos ampliar a CUT. É absolutamente necessária a indicação de cinco ou seis trabalhadores rurais, integrantes da CSC, para a composição da nova diretoria da CUT-BA.

Democracia, unidade, ação de massas e politização devem ser as marcas da CUT-BA, rompendo com o atraso e sectarismo da Articulação. Neste sentido, a CSC na presidência da CUT Regional Metropolitana de Salvador tem que superar o boicote dos sindicatos e a inércia da Condição básica, para isso, é instalada a Comissão Metropolitana na sede da CUT estadual.

Bandeira palestina em Jericó

Lejeune Matogrosso

Já está em plena vigência o acordo entre a OLP e o Estado de Israel (chama-se Plano Gaza-Jericó). Assinado no Cairo no último dia 4 de maio pelo líder dos palestinos, Yasser Arafat e pelo primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin. O acordo foi comemorado amplamente em toda a faixa de Gaza e na cidade de Jericó, uma das mais antigas do mundo.

Basicamente, o presente acordo ratifica o assinado em Washington em 13 de setembro do ano passado, que não havia entrado em vigor ainda. Ele garante que os palestinos poderão constituir uma força policial que chegará a ter 9 mil homens armados, que deverão controlar a ordem. Terão ainda limitações, pois não poderão deter israelenses, nem parar carros com placas de Israel e não controlarão as fronteiras.

Até 28 de maio próximo, cerca de 5 mil palestinos presos serão libertados. Restarão ainda, segundo fontes palestinas, outros 5 mil prisioneiros. Também até essa data todas as tropas do exército israelense deverão deixar a faixa de Gaza e a cidade de Jericó.

Os pontos que ainda permanecem pendentes no acordo são: a) definição do "status" de Jerusalém; b) data da libertação dos presos políticos restantes; c) tamanho da área de Jericó (fala-se no momento em 62 km²; e d) devolução das outras cidades da Cisjordânia.

Até mesmo integrantes de grupos que se opõem ao acordo com Israel, tiveram que comemorar no último dia 13 de maio, quando bandeiras palestinas foram hasteadas nas repartições públicas da faixa de Gaza e em Jericó e centenas de presos políticos foram libertados. Foi nesta data que os palestinos, de fato, assumiram o controle político-administrativo da região. Isso após 27 longos anos de ocupação israelense.

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) será exercida por um grupo de 24 palestinos, indicado pela OLP, que tem procurado compor o Conselho com pessoas da mais alta representatividade. Sua chefia ficará a cargo do líder da Organização, Yasser Arafat. Para a reconstrução de toda a região e para o seu desenvolvimento econômico, serão necessários, de imediato, pelo menos US\$ 2 bilhões, que deverão vir dos governos estrangeiros e bancos internacionais.

O importante é frisar que ainda que limitado, o presente acordo é seguramente mais um importante passo dado pelos palestinos rumo à construção de seu Estado nacional. O chanceler da OLP, Dr. Farouk Kadummi, em sua recente passagem pelo Brasil, recebido pela comunidade palestina em São Paulo disse "que a Palestina foi tomada palmo a palmo dos palestinos. Ela não será devolvida sem luta, sem esforços e sacrifícios. Será recuperada também palmo a palmo". E essa retomada total da Palestina, é o sonho almejado pelos milhões de palestinos espalhados em todo o mundo pela diáspora.

Leste europeu, sinal dos tempos...

▼ As eleições da Hungria realizadas no domingo, 8 de maio deram a vitória ao Partido Socialista. Configura-se um quadro de evidente derrota na implantação imediata do projeto neoliberal na região

Dilermando Toni

Ainda não se completou cinco anos da queda do muro de Berlim e da desintegração da URSS e a situação política no Leste europeu começa a mudar. Não era o que o imperialismo esperava; pelo contrário, a expectativa, após a maior campanha de propaganda anti-socialista de que se tem notícia, era de que seria um passeio a passagem ao regime capitalista aberto e aos postulados neoliberais.

O Partido Socialista Húngaro, oriundo do partido comunista, que se encontrava na oposição, obteve 33% dos votos desbancando do poder a coalizão do Fórum Democrático Húngaro e seus parceiros da Democracia Cristã. O segundo turno será realizado dia 29 de maio.

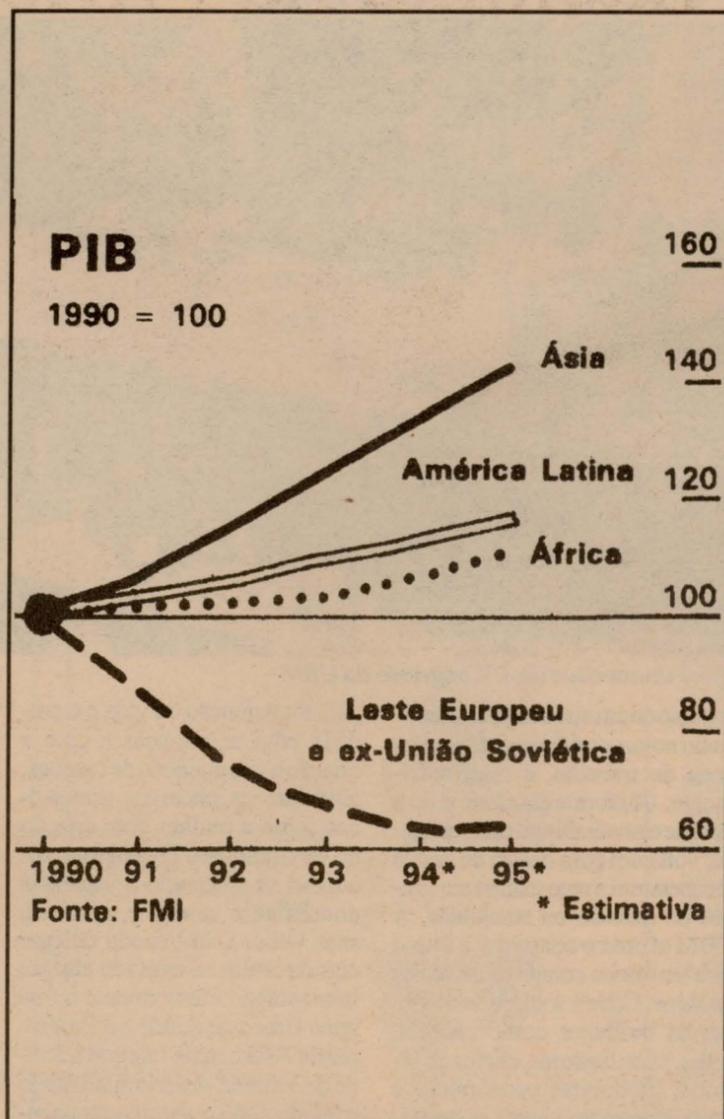
A primeira pergunta que surge é por que isso aconteceu? Como explicar que a força política que foi tão recentemente apeada do poder tenha a ele voltado? O fato é que a restauração do capitalismo nos marcos do projeto neoliberal levou ao crescimento do desemprego - são 700 mil desempregados para uma população total de 10 milhões de pessoas na Hungria -, ampliou a diferença na distribuição de renda, jogando milhões de trabalhadores na po-

A crise que há longos anos vive a Rússia se aprofundou sobremaneira após a desintegração da URSS. Marchas e contra-marchas na cena política, como a *Classe* tem analisado freqüentemente, se amudam sobre a base de uma verdadeira catástrofe econômica e social. Eis alguns dados (1):

* No fim de 1993 a produção industrial havia diminuído mais de 40% em relação a 1990;

* As exportações caíram de US\$ 236 bilhões em 1985 para US\$ 35 bilhões em 1992. Menos 85%. A maior parte das exportações é feita por canais ilegais controlados pela Máfia;

* Em 1993 a dívida externa russa alcançou os US\$ 85 bilhões;



breza, e levou a uma queda vertiginosa da atividade econômica. Os US\$ 7 bilhões em investimentos estrangeiros que o governo apresentou como sua principal realização econômica não foram capazes de superar a insatisfação popular.

A Hungria acumula hoje uma dívida externa de US\$ 20 bilhões, metade do Produto Interno Bruto do país já se encontra nas mãos da iniciativa privada, como consequência das privatizações. De todo o capital estrangeiro que entra no Leste europeu, mais de 50% se destinam à Hungria. Destes, 20% são originários da Alemanha.

Essa busca de integração submissa com o capitalismo ocidental se completa com o que os dirigentes húngaros que assumiram o poder após 1989 chamam de "competitividade húngara", que é a oferta da força de trabalho por um preço extremamente baixo. Com essa política a insatisfação popular vai crescendo.

Fenômeno geral. O que aconteceu na Hungria é, de certa forma uma repetição do que vem ocorrendo em outros países da região. As forças políticas oriundas dos partidos comunistas adotando uma postu-

ra de oposição capitalizam a insatisfação popular com o neoliberalismo.

Na Lituânia, em novembro de 92, ganhou as eleições Algirdas Brazauskas, que havia sido dirigente do então partido comunista. Depois veio a Polônia, em setembro de 93, quando a Aliança da Esquerda Democrática, que surgiu do partido comunista polonês, ganhou 20,4% das cadeiras do parlamento, e o Partido Camponês, seu aliado, obteve 15,4%, derrotando o Solidariedade.

Mesmo na ex-RDA onde o desgaste dos que se intitulavam comunistas era acentuado, o Partido do Socialismo Democrático, sucessor do partido comunista, conquistou 21% dos votos nas eleições locais no Brandenburgo. Na Eslovênia a esquerda mantém influência no poder. Recentemente 40 mil pessoas saíram às ruas de Praga, capital da República Checa em protesto ao projeto do governo que pretendia elevar a idade de aposentadoria dos homens de 60 para 62 anos e das mulheres de 55 para 60 anos.

Some-se a isto a situação russa onde as forças de oposição a Yeltsin têm uma posição destacada no parlamento apesar de toda a manipulação das eleições. Boris Fedorov e Yegor Gaidar, ultra-neoliberais, que mantinham postos chave na administração econômica foram recentemente afastados.

É fato altamente significativo que a população venha escolhendo candidatos que dirigiam os países da região antes de 89, identificados com o socialismo. Num curto espaço de tempo vem abaixo a crença no "paraíso capitalista", onde todos poderiam consumir de tudo.

Evidencia-se a instabilidade política na região, da qual não se pode prever os desdobramentos imediatos, mas cuja essência é a contestação do projeto neoliberal e a desilusão com o capitalismo.

A catástrofe russa

* No fim de 93, o número de desempregados foi estimado em 20 milhões de pessoas;

* A inflação alcançou o patamar de 3.500% no período do início de 92 ao final de 93. Agora em 94 tem caído, em março último ficou na casa dos 8%;

* Os rendimentos reais perderam 60% de seu valor entre dezembro de 91 e janeiro de 92;

* No final de 93, de 80% a 85% da população viviam abaixo da linha de pobreza. 120 milhões de pessoas viviam sem condições mínimas de vida;

* Segundo as cifras oficiais o número de abortos chega anualmente a 8 milhões; entretanto, o número chega aos 20 milhões se se consideram os abortos não decla-

rados;

* Milhares de pobres são obrigados a vender seus órgãos para sobreviver;

* A guerra civil no Tadjikistão já ocasionou 25.000 mortos;

* No fim de 93, a guerra entre a Armênia e o Azerbaijão já havia feito 18.000 vítimas.

* O orçamento russo para 94, aprovado dia 11 de maio, prevê um déficit de US\$ 32,7 bilhões;

* Em julho próximo encerra-se a primeira fase do plano de privatização das empresas estatais que se resumiu numa ampla distribuição de vales. A partir daí terá início a segunda fase, "mais ousada", que permitirá a venda de estatais "promissoras" a grandes investidores. Prevê-se um aumento do desemprego como

parte do processo de reestruturação.

* Informações divulgadas pelo governo russo dizem que continua a se reduzir a extração de petróleo no país. O número de poços inativos era de 44.420 no início de abril, 11 mil a mais que o registrado no final do ano passado, o que representa 30% do total do poços da Rússia e que poderiam produzir 600 mil barris por dia. A produção russa de petróleo totalizou 73,5 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano (5,96 milhões de barris/dia), 15% menos em relação ao mesmo período do ano passado.

(1) Dados de fontes diversas, inclusive do jornal belga *Solidaire* de 6/4/94.

Unidade nacional na África do Sul

▼ O secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, Charles Mqakula, sucessor de Crhis Hani, concedeu entrevista a Roberto Mero, do jornal Propuesta, do PC da Argentina. Publicadas em 28 de abril, antes da vitória de Nelson Mandela, suas opiniões permanecem atuais



Nelson Mandela comemora a vitória

Propuesta - Para o CNA ganhar as eleições significa conquistar o poder?

Charles Mqakula - O mais importante é a margem do triunfo: isto determina nossa margem de manobra para governar e aplicar o programa que busca aprofundar e superar os termos da democracia formal. Com dois terços do eleitorado, creio que estaremos em condições de impor juntos um governo que sirva aos interesses do povo.

Nosso governo será de unidade nacional. Se a maioria não pode trabalhar, será necessário comprometer também pequenos grupos e partidos que queiram somar-se a nós para que um governo unitário possa avançar.

A campanha eleitoral representou para o CNA um esforço de mobilização para garantir a vitória. Evidentemente, o processo eleitoral não esgotou nem esgota a problemática do país. O voto foi conquistado para os negros, mas ainda é necessário encontrar saída para as necessidades do povo, sempre postergadas. Não se trata de uma mudança política, mas de reverter uma história baseada na violação dos direitos humanos e civis, numa sociedade destrocada pelo racismo e pelo crime. Para que o povo possa gozar seu triunfo sobre esse passado obscuro deve também ser capaz de dirigir o futuro para conquistar suas aspirações.

Propuesta - Como tornar possíveis esses objetivos quando se tem pela frente o Inkhata, com o perigo da guerra civil, e a possibilidade do separatismo e do terrorismo branco da extrema direita?

Mqakula - É certo que existe o perigo. Mas, permita-me recordar que essas organizações têm uma história de horror que deve confrontar-se com outra história - a nossa. O CNA existe há 82 anos, conhece essa gente e sabe sobretudo que o desafio é a negociação. Não é de agora. É de sempre que temos buscado negociar para construir o país. O CNA não decidiu pegar em armas senão 50 anos depois de sua criação. Mesmo assim, dissemos claramente: pegamos em armas para criar espaços que nos eram negados, mas nunca para substituir o diálogo. É assim que mantemos canais abertos de negociação mesmo com organi-

zações como o Inkhata, cuja ala de direita combatemos.

É certo que existe o perigo da guerra civil. Mas não é menos certo que devemos solucionar também esse perigo e que devemos convencer essa gente a trabalhar juntos se queremos que exista um futuro. Outro perigo é o da dispersão de forças sociais e políticas que transforma o país num quebra-cabeças.

Propuesta - O exemplo da guerra civil na Iugoslávia serviria como elemento de dissuasão para aqueles que poderiam buscar a guerra civil depois da vitória do CNA, no caso os extremistas brancos?

Mqakula - Creio ser necessário mencionar alguns fatos ocorridos nos últimos tempos. Por exemplo, a posição de generais e ex-generais pertencentes à ala de direita mais radical do Partido Conservador e do Partido Nacional. Estamos falando com eles e contrariamente ao que se possa imaginar verificamos que são eles os que mais duvidam da possibilidade de uma guerra civil. E sobretudo, de ganhar essa guerra. Não é casual que eles duvidem: mais do que ninguém, foi essa gente que viu a devastação da guerra em Angola ou na Namíbia e sabem o que uma guerra poderia produzir na África do Sul.

Constance Fellyun, um dos líderes desse grupo, que participou da guerra em Angola como comandante, sabe quantos rapazes morrem numa guerra contra os negros. Os que pretendem forçar uma guerra são os políticos da ultradireita que não têm outra idéia da guerra que não as de um jogo de cifras e estatísticas. Eles sonham que poderão declarar as hostilidades e continuar dormindo, comendo, gozando seus privilégios e que essa guerra pode ser ganha sem sacrifícios para eles. Entretanto, há cada vez mais pessoas que consideram isso uma loucura e que se decidirem declarar guerra depois de nossa vitória, já não será contra o CNA, mas contra todo o país.

Propuesta - Eles já não fizeram isso até o momento?

Mqakula - Sim, mas a questão de agora em diante é que não só vão atacar uma esperança, mas também um partido, um movimento popular, uma idéia de justiça. E isso não é fácil. É simples bombardear uma população fora do país, mas para fazê-lo dentro é necessário saber o que se vai ganhar com isso. Eles têm dúvidas e cada vez duvidam mais. Além

disso, quem vai sustentar uma guerra, fornecer-lhes armas, apoiá-los no plano internacional? E se perderem quem lhes dará visto para se exilarem? Quem estará disposto a enviar tropas para evacuá-los? Ninguém pode responder a essas perguntas e é por isso que se decidiram a dialogar conosco e nós decidimos negociar com eles.

Propuesta - Não é o caso do Inkhata que decidiu sabotar tudo...

Mqakula - Creio que antes de avaliar o problema do Inkhata é necessário saber que não é uma organização homogênea. Não creio que eles queiram uma guerra civil. Contra quem vão lutar, contra um poder zulu, contra os próprios negros, seus primos, seus irmãos, seus pais? Em todo caso, Buthelezi não conseguirá explicar que é necessário morrer para atacar zulus que conquistaram sua liberdade. Buthelezi sabe que ninguém o acompanhará. É como arriscar perder tudo numa jogada de pôquer que poderá levá-lo ao abismo e à derrota.

Propuesta - Como o CNA concebe enfrentar todos esses problemas ao mesmo tempo?

Mqakula - Nossa vitória condicionará tudo. Já não se tratará, repito, de enfrentar uma organização, mas todo um poder democrático, um governo, um povo. Os que pegarem em armas contra esse governo serão presos. Como qualquer governo - e muito mais no caso de um governo popular - nossa responsabilidade é impor a lei e a ordem ao mesmo tempo que conquistamos a democracia e começamos a controlar o país e o futuro. Os que queiram declarar guerra deverão aceitar que haverá enormes perdas dos dois lados, mas que nós temos o valor e o desejo da paz e de morrer pela paz se isto ocorrer. Nesse caso, não duvidaremos de empregar todas as forças do poder democrático e popular contra os que buscam oprimir o povo e afogar a democracia.

Propuesta - Alguns observadores assinalam que o CNA, como muitos movimentos revolucionários negros da África, não poderá controlar o país por falta de experiência. Que estruturas o CNA criou para tomar o governo e conquistar o poder?

Mqakula - O CNA criou quadros no combate político e militar ao longo de 82 anos, com toda a experiência que deriva de uma

organização firme, negociadora, e ao mesmo tempo combativa. Tudo isso sem contar com o papel jogado por algumas de nossas grandes personalidades. Hoje em dia ninguém duvida de que Mandela possa administrar o governo. Mas além disso, ninguém pode dizer seriamente que nosso programa não seja viável: é claro, honesto, e propusemos participação de todos os setores, negros e brancos, partidários da democracia, da justiça social e dos direitos humanos. Estes não são princípios mas objetivos possíveis: queremos o desenvolvimento e a transformação do país e somos capazes de fazer um programa de governo concreto. Isto não vem de ontem, mas desde 1955, quando elaboramos a Carta da Liberdade. Nosso governo se baseará nesses princípios.

Propuesta - Você crê que um governo democrático e popular na África do Sul será exemplo para os demais povos africanos?

Mqakula - Sempre acreditamos que nossa luta beneficiava o resto da África. Por isso consideramos que nossa vitória vai mudar os elementos históricos do país e do continente. A África é uma e essa unidade será sacudida por nosso triunfo. Este elemento é capital para explicar a nossos militantes, e também aos que não o são, que é na África do Sul que se joga o destino de toda a África e que dessa responsabilidade não podemos desdenhar. Diante dela, decidimos, em todos os níveis, nacional, provincial ou municipal, impulsionar a eleição dos melhores, mais combativos e mais representativos. Isto na mais ampla unidade, já que não há outra organização política com nossa capacidade de representação e de organização. Os melhores estão conosco para fazer o melhor.

Propuesta - A África poderá ver uma nova época a partir do triunfo do CNA?

Mqakula - Creio que nosso exemplo já está provocando sérias reflexões em outros líderes africanos. Quando alguém é livre, oferece liberdade. Quando os líderes africanos nos miram, vêem essa liberdade e essa resolução de ser livres e isso os liberta e lhes dá perspectivas. Pode-se dizer que nossa luta, apoiada pela maioria dos países, salvo algumas exceções, agora devolve a imagem de uma inversão histórica. Nossa luta foi a luta deles. Nossa libertação abrirá o caminho para a libertação dos outros. Isto, sem contar com um fator fundamental: a África do Sul é, ademais, o país mais desenvolvido da África, e os termos de intercâmbio conosco serão mais fluídos, mais livres e sobretudo se basearão no conceito da solidariedade e do desenvolvimento mútuo.

Se nossa economia se desenvolve com justiça social e se fortalece no progresso, isto terá consequências no resto da África. Temos um só inimigo no continente: o desemprego, a fome e a ignorância. E quando se combate e vence um inimigo, também se pode fazê-lo em relação a outros. Para esse combate está o povo, cujas carências herdadas deverão ser resolvidas sempre que ele fique à margem, mas combatendo e participando. Nosso objetivo imediato é transformar a esperança em governo e o governo em poder.

Berlusconi anuncia gabinete de direita

Durou cerca de dois meses o processo de formação do novo governo diretista italiano, liderado pelo magnata das telecomunicações Silvio Berlusconi, vitorioso nas eleições gerais de março. Na semana passada, finalmente o novo-primeiro ministro anunciou a formação do gabinete, aprovada a duras penas pelo Senado no último dia 18. Não fossem os votos dos senadores vitalícios e de dissidentes do Partido Popular Italiano, ex-Partido Democrata Cristão, que disseram sim ao programa de governo de Berlusconi e à formação ministerial, a Itália seria mais uma vez lançada no ciclo da crise política, com convocação de novas eleições gerais.

A novidade, que anda espalhando inquietação no Velho Continente, foi a indicação de cinco ministros neofascistas, integrantes da chamada Aliança Nacional, agrupamento saudosista de Mussolini e defensor aberto do fascismo. No Parlamento Europeu ouviram-se pronunciamentos de descontentamento e o presidente da França, François Mitterrand, que domesticamente convive com o "fenômeno Le Pen", chegou a dizer que a situação é "embaraçosa". Dentro da própria Itália, não somente as forças de esquerda mostraram preocupação com a ascensão de fascistas ao governo, o que aliás explica os vaivéns de Berlusconi para formar o governo e a apertada margem da sua vantagem no Senado, indicando que a Itália permanece distante anos-luz da estabilidade política, mesmo com a maioria absoluta do primeiro-ministro na Câmara dos Deputados.

A participação de fascistas no governo pela primeira vez desde o fim da Segunda Grande Guerra no âmbito de um gabinete inteiro de direita, onde têm acento separatistas (cinco ministros da Liga Norte) e defensores extremados do neoliberalismo, assinala uma tendência cada vez mais marcante da burguesia monopolista europeia no quadro da grave crise econômica dos países capitalistas. Indica que soa forte o dobre de finados da Europa democrática e do bem-estar social. Diante da impossibilidade de encontrar saídas para a crise, a burguesia recorre ao autoritarismo e à intensificação da espoliação dos trabalhadores. Mas não se pode deixar de considerar a polarização política, a emergência de forças de esquerda em todo o continente e a inevitável reação dos trabalhadores, fazendo surgir inevitavelmente um amplo movimento pela verdadeira democracia e pelo progresso social.

EUA ameaçam invadir o Haiti

O governo norte-americano negou informações de que estaria preparando uma intervenção militar no Haiti. O "desmentido" soa completamente falso e as suspeitas de intervenção são mais que justificadas. Durante três semanas 44 mil soldados americanos realizaram exercícios no Caribe: oficialmente "exercícios de rotina", na realidade um ensaio para a agressão. O general haitiano Raul Cedras afirmou que, no caso de uma invasão americana, haverá resistência por parte do povo. Por mais críticas e restrições que se possa fazer ao processo haitiano, ele deve ser resolvido exclusivamente pelo povo do próprio país, sem ingerência externa, principalmente militar.

CONSCIÊNCIA Socialista

Política revolucionária e fantasia pequeno-burguesa

Sérgio Barroso
do Comitê Central do PCdoB

1. Desdobramento do nosso 8º Congresso, o (projeto de) Programa Socialista conferiu impulso inovador à estratégia revolucionária dos comunistas. O Programa extrai valiosas consequências teóricas da decomposição capitalista-imperialista, nos marcos da crise do socialismo. Aponta, ao Brasil dependente, alicerces das transformações radicais para a "transição do capitalismo ao socialismo".

Em "O poder, a questão essencial", o documento do PCdoB reafirma o proletariado e seus aliados como as forças sociais capazes de conduzir às mudanças. Sob este axioma, indica a combinação das economias socialistas (base principal do desenvolvimento), a capitalista de Estado, a de propriedade privada com livre funcionamento de pequenas e médias empresas, além da cooperativa de duplo caráter.

Havendo outras questões novas (como a idéia do teto máximo na reforma agrária x exploração do solo por "capitalistas de médio e grande porte"), considero o Programa uma contribuição relevante ao movimento revolucionário brasileiro e mundial. São elementos constitutivos da evolução do pensamento marxista do PCdoB, um domínio seguro das lições deixadas por Lênin sobre a construção do socialismo.

2. Mas construir o movimento estratégico - grandes deslocamentos de forças sociais - necessita atuação no curso dos acontecimentos, nas batalhas cotidianas, sempre repete o PCdoB. Nas resoluções do 8º Congresso, por exemplo, escreve-se com todas as letras: Não se pode ir em linha reta ao poder socialista. Livrar-se da estreiteza sectária, diz Amazonas no "Informe ao Congresso", pressupõe em cada momento encontrar "aliados permanentes ou ocasionais que nos embates políticos ajudem a impulsionar o avanço do movimento emancipador". Ora, sabemos de cor e salteado: é o Partido Comunista do Brasil a ponta-de-lança deste movimento! Evidentemente, projetá-lo às massas, concertar alianças que facilitem seu crescimento, significa reforçar as trincheiras da vanguarda do exército político da revolução - no interior da amplitude daquele movimento.

Aliás, em matéria de alianças, estratégica e tática, recomenda-se sempre o genial Lênin. No "Esquerdismo, doença infantil do comunismo", de assombrosa vitalidade, o líder soviético reage indignado com o primarismo de "esquerdistas" alemães: diz que toda a história do bolchevismo "antes e depois da Revolução de

Outubro, está cheia de casos de manobra, de conciliação e de compromissos com outros partidos, incluindo os partidos burgueses"! Trata-se de uma sentença contra a impaciência pequeno-burguesa; um ataque direto aos que tentam golpear uma tática ampla e revolucionária inventando o caminho de alianças estreitas. Inapelavelmente, querem a derrota por antecipação.

3. Em meio à turbulência que sacode o país, nosso partido, cada vez mais presente na vida da nação, definiu os objetivos nas eleições de 94.

Em Alagoas, tentávamos agrupar a chamada Terceira Força (PSB, PDT, PCdoB, PRP e PPS). Originária da vitória no segundo turno das eleições municipais de 92, em Maceió, considerávamos tal frente como instrumento de uma política maior no complicado panorama alagoano. De um lado, o bloco do (inominável) governo Bulhões, este, publicamente ligado ao "sindicato do crime". No centro, Suruagy (PMDB), Renan Calheiros (PMDB) e Teotônio Vilela Filho, usineiro do PSDB. Registre-se logo que a direção regional de Alagoas alertava reiteradamente acerca da fragilidade política e eleitoral da Terceira Força. E, às vésperas das definições de candidaturas, a implosão: a prefeitura de Ronaldo Lessa cooptou descaradamente a maioria do PDT e do PRP. Lessa, atraindo o deputado federal Mendonça Neto e o empresário Pedro Collor - principais lideranças dos referidos partidos - mostrou pequenez e arrogância.

Desde o início do ano, o conservador Suruagy (que apoiou Lula no segundo turno de 89, e o próprio Lessa também no segundo turno para a Prefeitura) fez gestões públicas junto a todas as forças à esquerda. Propôs ao PCdoB uma ampla coligação de "centro-esquerda" para bater o "chapão" Bulhões-Fernando Collor, metuculosos fraudadores das eleições de 90.

Sempre enfrontada nas grandes lutas políticas do Estado, razoavelmente calejada no jogo do puxa-tapete da província, a direção do partido jamais fechou janelas ao bloco centrista.

Penúltimos lances: Lessa indica o obtuso Marcos Vieira (intimo colaborador de Guilherme Palmeira há mais de uma década) como candidato a "governador"; insaciável, empurra seu irmão na suplência de Teotônio Vilela ao Senado; e anuncia nervoso na TV contar com adesão de "vários militantes" do PCdoB.

Há pelo menos três meses tudo acompanha e discute, atentamente, a direção regional. Três ex-dirigentes, "subitamente" caluniam e atacam sordidamente as decisões e a direção do partido (leia a nota ao lado). Passaram de malas e bagagens aos conchavos na Prefeitura. Frases de "esquerda" e esfrangalhamento ideológico. Nada mais.

PCdoB firme e sereno perante chantagem ideológica

A polarização de forças sociais e políticas na presente luta eleitoral, fenômeno objetivo que tende a se acentuar, tem ensejado, entre outros tipos de reação das classes dominantes, a deflagração de uma rasteira campanha anticomunista, cujo alvo precípua é o PCdoB e sua aliança com o PT e outros partidos progressistas.

O candidato preferido das elites retrógradas e entreguistas, arauto do neoliberalismo e do avassalamento do Brasil às potências mundiais, tentou defender o indefensável - sua condição de centro aglutinador do que há de mais reacionário na vida política brasileira - acusando Lula de também fazer alianças comprometedoras, pois o PCdoB, na sua opinião, seria um partido "totalitário" (sic!) que apóia "ditaduras" (sic!).

Era o que faltava a certo tipo de jornalista canhestro, desses que exibem a boçalidade de uma modernidade pasteurizada, fabricada com a matéria-prima da chantagem ideológica, da desinformação e da autopromoção por meio de polêmicas artificiais, publicar uma sequência de artigos acusando o PCdoB de delinquência ideológica. O delírio do jornalão e do colunista chegou às raias do ridículo, que não pôde dissimular a faceta fascistoide ao propor "varrer" os comunistas do cenário político. A insolência não teve limites e foi ao ponto de conchamar militantes do PT a se oporem a "alianças desse tipo", deixando entrever seu conformismo com o resultado do 9º Encontro Nacional do PT, que aprovou por unani-

midade a aliança com o PCdoB.

Jornais sustentados pelo poder econômico e jornalistas estipendiários de forças reacionárias, que sempre defenderam posições conservadoras e de direita não têm autoridade moral nem política para atacar como antidemocrático o PCdoB. Infelizmente, para eles, a opinião do povo brasileiro e do número crescente de militantes, amigos, simpatizantes, eleitores e aliados da legenda comunista não é formada pelas grosseiras diatribes nem por mentiras, aleivosias e levandades publicadas por um jornal conservador ou por um jornalista alinhado às posições reacionárias maquiado com tinturas de modernidade.

Fala mais alto e diz muito mais a história do PCdoB, limpa e inatacável, uma trajetória de combate em defesa da democracia, dos interesses populares e nacionais, que pagou com o sangue de centenas de seus militantes e dirigentes seu apego à liberdade, sua luta pela democracia, pela independência nacional e pelo progresso social.

Por isso, perante os ataques irresponsáveis e acusações vãs, o PCdoB mantém-se firme e sereno. Sabemos que a luta contra o partido mal começou. Será tanto mais tenaz quanto maior for a influência política do partido e seu prestígio junto às massas populares e às forças aliadas. Aumentará de intensidade na medida em que se tornar mais nítida a vitória de Lula e o papel dos comunistas nessa grande façanha do povo brasileiro.

Alagoas esclarece

O Partido Comunista do Brasil, por decisão unânime de seu Diretório Regional de Alagoas, reunido no dia 10 de maio, dirige-se à opinião pública do Estado, aos seus filiados, amigos e aliados, acerca dos ataques que vem recebendo de um grupo de ex-militantes, para esclarecer e denunciar o seguinte:

1. Esse grupo, minoritário no coletivo partidário, é encabeçado pelos ex-dirigentes Thomaz Beltrão, Reginaldo Lira e Mário Agra, que no momento dedicam-se a orquestrar agressões ao PCdoB de Alagoas.

2. É importante frisar que esses ex-dirigentes participaram de todas as negociações políticas, ao longo de vários meses, que culminaram na decisão de encaminhar a coligação proporcional do PCdoB com a frente liderada pelo PMDB e PSDB. Foi um processo aberto, acompanhado e divulgado pela imprensa. Participaram também, esses ex-dirigentes, dos debates internos nos órgãos de direção do PCdoB - o Pleno do Diretório Regional e a Executiva. Mais recentemente, nessas duas instâncias internas, esses ex-dirigentes propuseram a revogação das decisões de que eles próprios haviam participado quando foram democraticamente derrotados nas votações.

3. Logo em seguida, essa minoria abandona o partido, traindo a confiança dos companheiros, renegando sua própria história de militância e de luta. Aliciaram, dentro e fora do partido, adeptos para os ataques ao PCdoB.

4. Essa ação se utiliza da mentira pura e simples, da distorção dos fatos, de argumentos falsos e enganosos. Chega-se ao absurdo de utilizar meios espúrios como intimidação, ameaças e pressões sobre militantes e amigos do PCdoB, o terrorismo político ostensivo ou dissimulado. As calúnias contra o partido, nessa orquestração de ataque feroz, chegam ao requinte inédito de matérias pagas em veículos de comunicação.

5. O PCdoB não se deixa envolver, muito menos intimidar, por esse tipo de ataque que tenta miná-lo por dentro a partir da ação desagregadora de ex-militantes. Nosso partido tem uma história de enfrentamento nas lutas internas, tem experiência na denúncia e combate às atividades antipartido e não vai desviar sua atenção do leito da luta política que se trava hoje em Alagoas. Vai cumprir a decisão da maioria, homologada democraticamente, de travar o combate político contra os adversários principais do povo alagoano: o esquema representado pelo governo Bulhões e seu inspirador, Fernando Collor. Essa armação de agressões, pouco a pouco, desmacara-se por si mesma.

6. A solidariedade que o partido vem recebendo pelo acerto de sua política, pela serenidade e firmeza com que vem enfrentando essa onda de ataques, manifesta-se nos mais diversos setores da sociedade, inclusive através de companheiros que espontaneamente solicitam filiação ao PCdoB.

7. O partido, finalmente, conclama seus mais de 2.500 filiados de todas as regiões de Alagoas a darem resposta firme na luta política, participando da batalha eleitoral em defesa de Alagoas e do povo trabalhador, contra a corrupção, o desgoverno, o arbítrio, contra a fome, contra a fraude, o atraso e a violência, denunciando a miséria e a injustiça social que infelicita a imensa maioria

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Partido Comunista do Brasil
Diretório Regional de Alagoas

Brasil estréia sem surpresas

Ary José Rocco Jr.

Taffarel, Jorginho, Ricardo Rocha, Ricardo Gomes e Branco; Mauro Silva, Dunga, Raí e Zinho; Bebeto e Romário. Está escalada a Seleção Brasileira para a estréia na Copa do Mundo dia 20 de junho contra a Rússia.

Uma das favoritas à conquista do Mundial, a equipe de Carlos Alberto Parreira joga num clássico 4-4-2 com laterais ofensivos (Jorginho e Branco) e um quarto meio-campista (Zinho). Nesse sistema, o desempenho brasileiro dependerá muito do reencontro de Raí com seu antigo futebol e do talento individual dos atacantes Bebeto e Romário.

Carioca, 51 anos, treinador do Kuwait na Copa da Espanha em 1982 e dos Emirados Árabes Unidos na Itália em 1990, Parreira foi campeão brasileiro pelo Fluminense em 1984 e espera trazer o tetra para o Brasil com mais estes jogadores: os goleiros Zetti e Gilmar, os laterais Cafu e Leonardo; os zagueiros Márcio Santos e Mozer, os meio-campistas Mazinho e Paulo Sérgio; e os atacantes Müller, Ronaldo e Viola.

A escolha dos 22 jogadores revelou antes de tudo coerência da parte de Parreira. Ele jamais negou sua admiração pelo 4-4-2 com dois volantes defensivos e apenas dois atacantes. O fato de ter preterido o volante palmeirense César Sampaio, em ótima fase técnica, pelo atacante corintiano Viola não significa uma mudança de atitude do técnico. É que Mazinho, Cafu e Leonardo também podem realizar as funções exercidas pela dupla Mauro Silva-Dunga, posições em que Sampaio seria opção.

A preferência por Viola demonstra a preocupação de Parreira com a má fase de Raí. Paulo Sérgio, o substituto imediato de Raí, possui criatividade limitada, mas agrada ao treinador por desempenhar com perfeição as "funções táticas pré-determinadas". No entanto, Viola daria a Parreira a opção de criar jogadas, fazer a ligação do meio-campo com o ataque, permitindo a chegada da bola à dupla Bebeto-Romário. O atacante corintiano realizou bem essa tarefa no Campeonato Paulista. Evair, emérito finalizador, é um "matador", pouco voltado para buscar jogo. Bebeto, Romário e Ronaldo realizam a mesma função, agradando mais ao técnico do que o artilheiro palmeirense.

Seleção do povo. Em pesquisa popular feita pela TV Cultura, com mais de 100 mil

respostas, o time titular do Brasil jogaria com Zetti, Jorginho, Ricardo Rocha e Leonardo; Mauro Silva, César Sampaio, Mazinho, Cafu e Zinho; Bebeto e Romário. A equipe jogaria no sistema 3-5-2, onde Mazinho e Cafu se encarregariam das jogadas de criação, e Mauro Silva e César Sampaio cuidariam da proteção à zaga.

Mais importante que o sistema de jogo a ser adotado, a pesquisa demonstra a rejeição popular aos chamados "dinossauros" remanescentes da fraca campanha de 1990: Taffarel, Dunga e Branco. Taffarel, goleiro da Reggia da Itália, tem a preferência de Parreira pela sua experiência de 75 jogos na Seleção. No entanto, nas últimas convocações andou mostrando insegurança e má colocação. Zetti, o reserva, atravessa ótima fase técnica e psicológica, além de ser um goleiro vencedor: é bicampeão mundial interclubes pelo São Paulo.

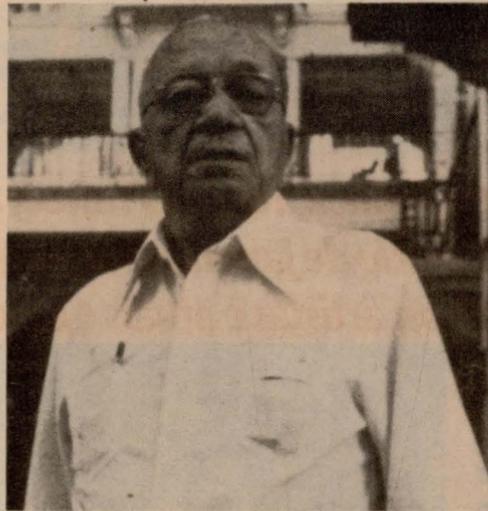
Dunga se notabilizou por ser excelente "ladrão" de bolas e por sua determinação. Muitos o consideram um "grosso" com a bola nos pés. César Sampaio, que poderia executar melhor a função de Dunga, é o pulmão do Palmeiras, bicampeão paulista e campeão brasileiro, tendo aprendido com o técnico Wanderley Luxemburgo a sair com a bola dominada. É muito mais completo que Dunga, no entanto, nem foi convocado.

Branco atravessa péssima fase técnica e física no Fluminense do Rio. Leonardo, o escolhido pelo povo, foi o melhor jogador do São Paulo no último Campeonato Paulista e já está vendido para o Japão graças à sua habilidade e versatilidade.

Mazinho foi eleito pelo voto popular para substituir Raí. O palmeirense vem crescendo de produção nos últimos meses, foi um dos maestros da "Academia" na última temporada e é uma opção também para a lateral. Cafu, jogador do São Paulo, é o melhor preparo físico da Seleção, sendo outro com "dupla utilidade": meio-campo e lateral. Não vem apresentando o mesmo futebol que o consagrou, mas compensa a má fase com seu excelente estado atlético. Na Seleção popular ele substituiria o zagueiro Ricardo Gomes, numa demonstração de que, para a torcida, o Brasil possui hoje melhores meio-campistas do que zagueiros.

Embora haja discordâncias quanto à escalação, a Seleção de Parreira vai com apoio de 67% da população, que acreditam que o país é favorito ao título. Desde 1982 a equipe canarinho não saía do Brasil com o crédito de seus torcedores.

Cultura



Quintana: o achador

Lara de Lemos

É preciso voltar no tempo para encontrar-te. A nossa história é longa e exige um salto ao passado para tomar impulso e resgatar tua presença.

Seria necessário muito fôlego para transmitir ao leitor algo dos teus cantares, ora em forma de sonetos, ora em trova, ora em verso livre, ora em prosa enganadora, pois o imponderável de um achado poético sempre nos pegava de surpresa. Tua preocupação nunca foi desvendar os mistérios da vida e sim os revelar.

Poesia de um humor sutil e de uma clareza ilusória. Medularmente lírico, trabalhavas na obscuridade do divinatório, manipulavas uma linguagem que abrangia campos simultâneos do acontecer. Em ti, como em nenhum outro poeta brasileiro, instaurou-se esse dualismo sideral e cósmico. Foste enfim o tradutor para o simples de muitos e inexplicáveis enigmas.

Uma formiguinha atravessa, em diagonal, a página em branco. Mas ele, aquela noite, não escreveu nada. Para quê? Se por ali já havia passado o frêmito e o mistério da vida...

Para alguns críticos, a poesia de Mário Quintana poderia ser enquadrada no simbolismo ou no surrealismo, ambos essencialmente cósmicos. Entretanto, Fausto Cunha, seu crítico predileto, afirma: "Não é no simbolismo português ou brasileiro que vamos encontrar a melhor explicação para o seu soneto dos meninos mortos (XIII da "Rua..."), mas sim no movimento do chamado Realismo Fantástico:

*Estranha Nau que não demanda portos!
Com mastros de marfim, velas de prata
Toda apinhada de meninos mortos...*

É ainda o Realismo Fantástico que nos permite compreender versos como:

*Da vez primeira que me assassinar
Perdi um jeito de sorrir que eu tinha.
ou Minha morte nasceu*

*quando eu nasci.
que, até agora, encarávamos como
uma impregnação rilkeana. Eu diria
que muitos dos poemas de "Sapato
Florido" são puro realismo mágico:*

*"Os guarda-chuvas perdidos...
aonde vão parar os guarda-chuvas
perdidos? E os botões? E as pastas
de papéis, os estojos de pince-nez, as
maletas esquecidas nas gares...aonde
vão parar todos esses objetos
heteróclitos e tristes? Não sabes?
Vão parar nos anéis de Saturno, são
eles que formam eternamente girando,
os estranhos anéis desse planeta
misterioso e amigo."*

Mais tarde, em "Espelho Mágico", Quintana desce à terra para olhar com amarga ironia o desempenho humano:

Da humana condição

*Custa o rico a entrar no céu
(Afirma o povo e não erra)
Porém muito mais difícil
É o pobre ficar na terra.*

Dos milagres

*O milagre não é dar vida ao corpo
extinto,
Ou luz ao cego, ou eloquência ao
mundo,
Nem mudar água em puro vinho
tinto...
Milagre é acreditar nisso!*

A obra de Mário Quintana é imensa. 56 livros publicados desde o lançamento em 1940 da primeira edição da "Rua dos Cataventos" pela Editora Globo do Porto Alegre. Depois vieram muitos outros. Em 1945 "Canções", em 1947 "Sapato Florido", em 1948 "Espelho Mágico". Em 1950 a primeira edição de "Aprendiz de Feiticeiro", livro predileto de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Duas belas antologias: "Poesias" e "Antologia Poética". Finalmente "Cademo H", "Apontamentos de História Sobrenatural", "Esconderijos do Tempo" e "A Vaca e o Hipogrifo." Todos os seus livros tiveram inúmeras reedições. Sem contar com seu livro infantil "Pé de Pilão", cujo sucesso é único.

Pouco importa a exegese dos críticos, a maior grandeza do poeta está na sua simplicidade, no poder de extrair de um acontecimento mínimo a centelha da poesia. O segredo de conseguir um ritmo próprio, uma musicalidade em surdina, em suma, o seu jeito de *quintanar*.

Muito devemos ao poeta que teve o dom de transformar sua experiência existencial num bem de tantos, que mesmo sem conhecê-lo o amavam. Pois sua poesia de uma "ardente solidão" se faz para nós objeto de amor:

*A hora é transparente.
A árvore de tempo
sustenta para sempre
os pássaros invisíveis
do teu canto.*

O poeta Mário Quintana morreu em Porto Alegre no dia 5 de maio de 1994.

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: 15 URVs Assinatura trimestral: 7,5 URVs
Assinatura semestral de apoio: 30 URVs

Preencha e envie hoje mesmo este cupom para a A Classe Operária. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

**QUEM
É DE
LUTA
LÊ**

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Marcos Ruy e Sueli Scutti - **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Andrea Penna, Antonio Carlos Queiroz, Ary Costa Júnior, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Ewertton Brito Lima, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Luiz Aparecido, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio Pereira - **Diagramação:** José Luís Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Computare - Fone (011) 289-3709 - **Fotolito:** Enfocke - **Impressão:** Artprinter - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Daniel Vaz - **Secretário:** Marcos Paulo Porfírio - **Assinaturas:** Nelson Lopes da Solva - **Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412.

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - R. Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3595 - Ed. S. Luiz - sala 3 - 3º andar - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Maracaju, 249 - sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (91) 222-8733 - PARÁIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - copi. 1501 - (021) 240-5286 - 532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Pça. Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 3216 - Olaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Mário Homem de Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - R. Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (047) 24-1927 - SÃO PAULO - Aracaju - R. Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-B.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



De volta pra casa

O presidente da República, Itamar Franco, autorizou a devolução do terreno da UNE, no Rio de Janeiro. Presentes ao ato, além de Itamar, ministros, artistas e atuais e ex-dirigentes da entidade

Guiomar Prates

Esta foi uma vitória histórica dos estudantes brasileiros. Nos últimos 30 anos, eles lutaram pelo terreno, que foi tomado pelo regime militar. Ao assinar o protocolo junto com o ministro da Educação, Murilo Hingel, Itamar afirmou: "Em nome de todos os brasileiros, devolvo aos estudantes o chão de sua casa."

A solenidade, realizada no dia 17 de maio, no Hotel Glória (RJ) reuniu líderes do movimento estudantil desde a década de 40. Ex-presidentes da UNE se reuniram com Itamar para uma foto histórica e aplaudiram Hélio de Almeida, de 74 anos, presidente da UNE em 1942, quando os estudantes ocuparam o prédio da praia do Flamengo, onde funcionava o Clube Germânia, reduto dos nazi-fascistas. Lá estiveram José Gomes Talarico, hoje ministro do Tribunal de Contas, dirigente da entidade entre 1938 e 1942; Sepúlveda Pertence, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral, vice-presidente de 1958 a 1959; Aldo Arantes, hoje vereador do PCdoB em Goiânia, presidente de 1961 a 1962; Jean Marc Von Der Weid, presidente em 1969.

A geração dos que reconstruíram a UNE a partir de



Ex-dirigentes da UNE comemoram com Itamar Franco

1979, também esteve presente. Aldo Rebelo, Javier Alfaya, Clara Araujo, Lindbergh Farias e o atual presidente, Fernando Gusmão presenciaram o ato que dá a vitória aos estudantes.

Além deles, o governador do Rio, Nilo Batista; o ex-prefeito Marcelo Alencar, o reitor da UNI-Rio, Sérgio Margarão, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Joel Benin, entre outros.

O terreno de 1.200 metros quadrados, na Praia do

Flamengo nº 132 vai abrigar a sede da UNE e um centro cultural e de memória do movimento estudantil. Esta é a intenção da atual diretoria da União Nacional dos Estudantes, que pretende construir no local um prédio de 12 andares, com oficinas de teatro, salas de música, exposição, cinema e vídeo. Fernando Gusmão anunciou a formação de uma comissão composta por ex-dirigentes da entidade com o objetivo de viabilizar a construção do prédio. Para conseguir verbas para o projeto serão realizados shows e campanhas

junto à iniciativa provada e ao Governo Federal.

"A devolução do terreno é o resgate da dívida histórica que o país tinha com a democracia. A invasão do prédio foi o primeiro ato da ditadura militar, pois ali era um ponto de luta pela liberdade e democracia", afirmou emocionado, Fernando Gusmão.

No dia 12 de maio, a UNE realizou um show para comemorar a devolução do terreno. No palco, Carlos Lyra, Luis Melodia, Wagner Tiso e Engenheiros do Hawaii, entre outros.

UNE e democracia. Histórias que se confundem



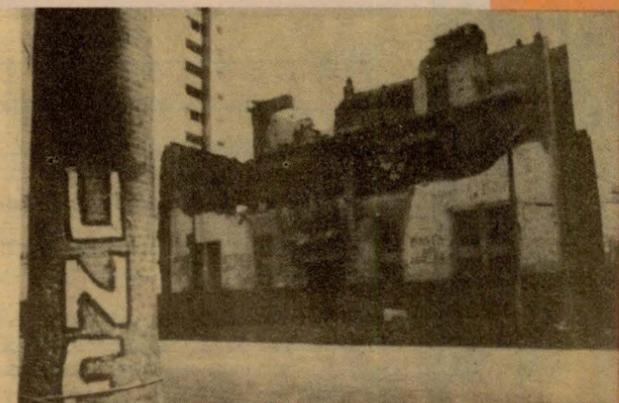
Um dos muitos protestos dos estudantes

A história da UNE se confunde com todas as lutas por liberdade acontecidas na história do Brasil. A devolução do terreno da Praia do Flamengo é o reconhecimento da luta dos estudantes pela democracia.

A sede na praia do Flamengo foi ocupada pela UNE em agosto de 1942, depois que as autoridades brasileiras determinaram o fechamento de todas as instituições ligadas ao Eixo (Japão, Itália e Alemanha), porque elas apoiavam declaradamente os nazistas e os facistas. Com o fechamento do Clube Germânia, os presidentes da UNE (Paes Leme), do DCE da Universidade do Brasil (Airtton Diniz) e da CBDU (Talarico) formalizaram uma petição ao presidente Vargas reivindicando a cessão do prédio, para a instalação das respectivas sedes. Apesar do parecer favorável de Vargas, vários órgãos públicos também reivindicavam o prédio, o que criou uma série de entraves para os estudantes.

Preocupados, eles resolveram invadir a sede do Clube Germânia que passou a abrigar o QG antifascista.

Depois disso, o prédio esteve ligado a todas as lutas estudantis. Em



Prédio foi demolido em 1980

1º de abril de 1964, foi invadido e incendiado pelos militares. Continuou sendo usado como centro de artes, mas acabou demolido, sob o protesto dos estudantes, artistas e intelectuais em junho de 1980.

Agora, os estudantes voltam ao seu chão e sobre ele construirão o teto que vai abrigar novos combatentes. Ensino público e gratuito, cultura, liberdade e democracia ainda fazem parte das lutas da UNE. Com a ditadura militar mas ainda não caiu todo o muro da ditadura, a UNE continua viva e lutando pelo Brasil. Os estudantes sabem disso.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois